

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

**PROTEGE
A LIBERDADE**

**UMA CAMPANHA GLOBAL
A UMA SÓ VOZ**

RELATÓRIO

Envolvimento cívico em Portugal é reduzido

MARATONA DE CARTAS

Assinaturas que salvam vidas

GPS

As vitórias a celebrar nos direitos humanos



08

Uma nova campanha que
“Protege a Liberdade” pelo
direito à manifestação



14

Envolvimento cívico em
Portugal é reduzido



18

Maratona de Cartas



34

Outros Olhares: Um portefólio
pela Liberdade de Expressão



42

Grande Entrevista:
“Continuamos a assistir à
repressão sistemática da
sociedade civil”



50

GPS: As vitórias a celebrar
nos Direitos Humanos



Foto de capa:
© Luis Morera

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Diretor: Pedro A. Neto

Equipa Editorial:

Direção - Paulo Fontes

Coordenação - Vítor Hugo Carmo e

Irene Rodrigues

Grafismo - Paulo Tavares

Paginação - César Rodrigues

Colaboram neste número: Augusto de Sousa
Freitas, Sónia Santos Dias e José Alexandre
Silva

Revisão: José Alexandre Silva e Guilherme
Malaquias

Impressão: Gráfica Central de Almeirim, Lda.

AMNISTIA
INTERNACIONAL



CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal

Rua dos Remolares, 7 - 2.º

1200-370 Lisboa

aiportugal@amnistia.pt

revista@amnistia.pt



www.amnistia.pt



facebook.com/amnistiapt



twitter.com/AmnistiaPT



instagram.com/amnistiapt

EDITORIAL

PAULO FONTES

Diretor de Comunicação e Campanhas

Pela liberdade!

Tantas vezes tomamos por garantidas a liberdade de expressão e manifestação. São direitos que consideramos que, uma vez conseguidos, não nos podem tirar. No entanto, a liberdade é, infelizmente, algo perene: quando a damos por adquirida e nos esquecemos de continuar vigilantes pela sua garantia pode ser facilmente perdida.

Um pouco por todo o Mundo, a liberdade de expressão e manifestação têm sido colocadas em causa. Seja por leis e medidas que reprimem a atuação da sociedade civil, seja pela atuação das autoridades em resposta ao exercício do direito de manifestação, seja pela estigmatização ou perseguição de ativistas e defensores de direitos humanos, vemos retrocessos nestes direitos e liberdades que tanto temos por garantidos.

Clément Nyaletsossi Voule, relator especial da ONU para os Direitos à Liberdade de Reunião Pacífica e de Associação, alerta-nos para isto mesmo, e também para como o Mundo está a assistir a tendências alarmantes de crescentes restrições à prática do direito à manifestação pacífica, incluindo por democracias mais avançadas.

É também neste enquadramento que a Amnistia Internacional lança a nova campanha “Protege a Liberdade”, uma campanha para desafiar os ataques contra as manifestações pacíficas e apoiar as pessoas visadas e os movimentos sociais que atuam por mudanças positivas na esfera dos

direitos humanos. Uma campanha para apoiar e defender a liberdade.

Os movimentos sociais, a dissidência e todas as pessoas que se fazem ouvir perante as injustiças, têm tido um papel preponderante nos avanços em direitos humanos. E são muitas vezes as pessoas das comunidades mais discriminadas e que mais abusos sofrem que tomam as rédeas e lideram a mudança. Do Sri Lanka a Hong Kong, à Rússia, a Marrocos, França, Irão, Cuba, Camarões, e em muito outros lugares do mundo os movimentos populares e ativistas individuais atuam de forma corajosa, movem milhares, e colocam em primeiro lugar o sentido de missão e de fazer o que está certo, mesmo que com isso se coloquem em perigo.

Nesta edição da AGIR conhecemos algumas destas pessoas e movimentos, as suas histórias e como podemos atuar para proteger os seus direitos e liberdades.

Em Portugal, o panorama parece ser diferente. Segundo o último relatório da OCDE, é um dos países com menor envolvimento cívico entre os 41 analisados. São dados preocupantes, e que mostram que precisamos de renovar o nosso envolvimento e a vontade de criar um mundo melhor e onde os direitos humanos sejam uma realidade universal. Só com a atuação de todos e todas esse sonho será possível. A história tem-no mostrado. Por isso, fica o convite, pelos direitos humanos e pela liberdade, vamos AGIR.



CALENDÁRIO DE ATIVISMO

OUT

10

Dia Europeu e Mundial
contra a Pena de Morte

17

Dia Internacional para a
erradicação da pobreza

NOV

01

Início da Maratona de
Cartas 2022

16

Dia Internacional
da Tolerância

DEZ

10

Dia Internacional dos
Direitos Humanos

18

Dia Internacional
dos Migrantes





© Kiana Hayer / Amnesty International

GRANDE ANGULAR

PROMESSAS POR CUMPRIR

Após pouco mais de um ano da tomada do poder no Afeganistão pelos Talibãs, mantêm-se os sucessivos ataques dos fundamentalistas islâmicos aos direitos humanos, que continuam a perseguir as minorias, a reprimir os protestos pacíficos com violência e a suprimir os direitos das mulheres, procedendo a execuções extrajudiciais e forçando o desaparecimento de pessoas, de forma a disseminar o medo entre o povo afegão.

Dezenas de mulheres foram presas e torturadas por terem realizado protestos pacíficos exigindo os seus direitos, no meio de restrições crescentes que lhes retiraram as liberdades.

Os Talibãs têm restringido o direito à educação, prejudicando as perspetivas de milhões de raparigas afegãs. Quando as escolas secundárias reabriram a 17 de Setembro de 2021, os Talibãs proibiram a frequência de raparigas acima da sexta classe, alegando que se tratava de uma situação temporária, enquanto recrutavam mais professoras e asseguravam a criação de condições “apropriadas” para a educação segregada em função do género. Até à data, nenhum destes planos foi implementado.





© Dibakar Roy / Unsplash

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS COM IMPACTO NOS DIREITOS HUMANOS

As cheias provocadas pelas tempestades no Paquistão, em agosto de 2022, demonstram o impacto devastador que as alterações climáticas têm nos direitos humanos.

Desde 1959, o Paquistão tem sido responsável por 0,4% das emissões de CO₂ em todo o mundo e está listado como um dos lugares mais vulneráveis às alterações climáticas, de acordo com as conclusões conjuntas do Banco Mundial e do Banco Asiático de Desenvolvimento.

As cheias tiveram um impacto particularmente devastador nas pessoas em situação de pobreza, uma vez que muitas delas vivem em habitações inadequadas e de má qualidade ao longo das margens dos rios, zonas baixas e zonas de difícil acesso, devido à falta de infraestruturas adequadas. Até agora pouco tem sido feito para proteger estas comunidades dos impactos das alterações climáticas.

UMA NOVA CAMPANHA QUE “PROTEGE A LIBERDADE” PELO DIREITO À MANIFESTAÇÃO

Perante os retrocessos que os ativistas, defensores de direitos humanos e manifestantes pacíficos de todo o mundo têm enfrentado no seu direito à manifestação e à liberdade de expressão, a Amnistia Internacional iniciou uma nova campanha global sob o lema “Protege a Liberdade”, enviando ao mundo uma mensagem de que os protestos pacíficos continuarão a fazer mudanças positivas nas vidas das pessoas.

A nova campanha da Amnistia Internacional pretende defender a liberdade de expressão e o direito à manifestação através de um conjunto de ações com amplitude mundial, para apoiar as pessoas visadas e os movimentos sociais que atuam por mudanças fundamentais na esfera dos direitos humanos.

Segundo Agnès Callamard, secretária-geral da organização, o mundo tem “assistido a uma das maiores mobilizações das últimas décadas”, recordando a importância de movimentos como o “Black Lives Matter, o MeToo, e todos aqueles que agem contra as alterações climáticas”, que acabaram por “inspirar milhões de pessoas a saírem às ruas e a atuarem online para exigirem justiça racial e climática, a igualdade e os meios de subsistência, o fim da violência e da discriminação de gênero”.

O direito à manifestação e a liberdade de expressão encontram-se hoje em risco, possivelmente como nunca antes. Grupos que enfrentam discriminação

ou marginalização estão geralmente no centro das manifestações, pedem igualdade e dignidade e, por isso, sofrem o impacto dos ataques de governos que sentem a dissidência como sendo uma ameaça ao seu controlo, uma vigência que se agudizou com a imposição de legislação restritiva, proibições e a instituição de poderes de emergência, entre outras medidas durante a pandemia da COVID-19.

Em vários países assistiu-se a proibições totais de manifestações durante a pandemia, como na Grécia ou no Chipre, enquanto no Reino Unido uma nova lei conferiu amplos poderes às autoridades policiais, nomeadamente a competência de proibir “manifestações ruidosas”. Além disso, no Senegal, estão proibidas manifestações políticas no centro de Dacar desde 2011, impedindo as manifestações de acontecerem perto de edifícios governamentais.

Tem sido evidente a forma como vários governos têm usado cada vez mais



© Priscilla Du Preez/Unsplash



os poderes de emergência como um pretexto para reprimir a dissidência. Foi o que se verificou - também durante a pandemia da COVID-19 - na República Democrática do Congo, em que um “estado de sítio” imposto pelo governo, desde maio de 2021, conferiu poderes alargados aos agentes policiais e aos militares para que pudessem restringir as manifestações nas províncias de Ituri e Kivu Norte. Esses são alguns dos exemplos que estão na origem da campanha “Protege a Liberdade”, sobretudo porque, quase sem exceção, a onda de protestos em massa que se tem verificado é recebida pelas autoridades estatais com respostas obstrutivas, repressivas e frequentemente violentas. No entanto, o Direito Internacional de Direitos Humanos protege o direito à manifestação através de um conjunto de disposições consagradas em vários tratados internacionais e regionais, que conferem aos protestos uma proteção abrangente. Por isso, a Amnistia Internacional, enquanto maior organização de direitos humanos no mundo, lançou uma campanha global que visa lembrar aqueles que estão no poder dos direitos inalienáveis à manifestação e à expressão livre, exigindo a mudança de forma coletiva.

E a importância de agir perante a repressão à liberdade de expressão reflete-se também na forma como as pessoas que enfrentam desigualdades e discriminação estão a ser afetadas, sobretudo na discriminação com base na raça, género, orientação sexual, identidade de género, religião, idade, deficiência, ocupação, estatuto social, económico ou migratório. Mulheres, pessoas LGBTI+ e pessoas não-binárias têm enfrentado diferentes tipos de violência e marginalização. Em países como o Sudão, a Colômbia e a Bielorrússia, as mulheres foram agredidas sexualmente por participarem em manifestações, enquanto na Turquia há anos que as marchas do Orgulho LGBTI+ estão proibidas.

A URGÊNCIA DE REFORÇAR A LIBERDADE DOS MOVIMENTOS CÍVICOS

Todas as pessoas devem poder agir de forma pacífica e fazer com que a sua voz seja ouvida com segurança e sem repercussões. É nesse sentido que a Amnistia Internacional continuará a proteger e encorajar ativistas de todo o mundo a fazerem-se ouvir e a atuar em nome dos direitos humanos.

Em 2020, ativistas dos direitos humanos uniram forças para apoiar muitos movimentos em todo o mundo, incluindo os protestos do Black Lives Matter, nos Estados Unidos da América (EUA), e os protestos #EndSars, na Nigéria, entre muitos outros. A pandemia também deu origem a novas e criativas formas de protesto, tais como as greves climáticas virtuais.

Outro dos movimentos online mais emblemáticos, o #MeToo, conseguiu unir milhões de pessoas contra a violência sexual, o assédio e a agressão. Além disso, promoveu mudanças em várias geografias, desde os estúdios de Hollywood até vilas remotas no Nepal ou no norte da Nigéria. Mais do que nunca, faz todo o sentido que a Amnistia Internacional proteja a liberdade de expressão, sobretudo pelos maus exemplos da atuação das autoridades um pouco por todo o mundo na abordagem às manifestações e reuniões pacíficas de vários movimentos cívicos.

Recorde-se que, por exemplo, em 2020, houve milhares de protestos e contraprotestos pacíficos contra a discriminação e racismo, e pelos direitos civis e políticos nos EUA, no âmbito do movimento Black Lives Matter. Em quase 200 incidentes em que foi registada violência, a Amnistia Internacional constatou que as forças policiais falharam em tomar medidas preventivas para evitarem a perturbação das manifestações pacíficas e abstiveram-se de proteger





Em vários países assistiu-se a proibições totais de manifestações durante a pandemia, como na Grécia ou no Chipre, enquanto no Reino Unido uma nova lei conferiu amplos poderes às autoridades policiais

os participantes que foram alvo de ataques. Entre maio e setembro de 2020, a Amnistia Internacional documentou e confirmou confrontos violentos em aproximadamente 75% dos estados norte-americanos. Em cerca de metade, verificaram-se casos em que as forças policiais deixaram de manter a paz em assembleias e reuniões, não protegendo os participantes de confrontos violentos com contramanifestantes.

Perante a evidência dos últimos anos, é necessário reforçar a liberdade de expressão dos movimentos cívicos e salvaguardar o direito fundamental da população à liberdade de reunião pacífica, expondo e mitigando as barreiras ao exercício do direito de manifestação e as violações dos direitos dos manifestantes, tanto offline como online, até porque os manifestantes pacíficos estão a ser vistos como “inimigos”.

MILITARIZAÇÃO DO POLÍCIAMENTO É PREOCUPANTE

Vários governos justificam as restrições impostas argumentando que a manifestação constitui uma ameaça à ordem pública e criam narrativas

de estigmatização dos manifestantes, classificando-os como “agitadores”, “desordeiros” ou mesmo “terroristas”. Em muitas ocasiões, as autoridades atuam com abordagens de tolerância zero, usando leis de segurança severas e implementando um policiamento rigoroso para tomarem medidas preventivas para a dissuasão. Esta abordagem foi testemunhada, por exemplo, em Hong Kong, onde a Lei de Segurança Nacional e a sua ampla definição de “segurança nacional” foram usadas arbitrariamente para, entre outros fins, restringir as manifestações. Na Índia, a Lei de Prevenção de (Atividades) Ilícitas (UAPA) – antiterrorismo – e o crime de “sedição” foram repetidamente usados contra manifestantes pacíficos, jornalistas e defensores de direitos humanos.

Além disso, os governos têm vindo a utilizar táticas agressivas para policiarem as manifestações, aumentando as forças de segurança, que são quase sempre desnecessárias. As armas menos letais, como bastões, spray de pimenta, gás lacrimogénico, granadas de atordoamento, canhões de água e balas de borracha são usadas com frequência e de forma indevida.

Desde há mais de duas décadas a Amnistia Internacional tem documentado uma tendência para a militarização das respostas estatais às manifestações, nomeadamente através do uso de forças armadas e equipamento militar. Em países como o Chile e a França, as forças de segurança apresentaram-se com equipamento antimotim, apoiadas por veículos blindados, aeronaves militares, drones de vigilância, armas, granadas de atordoamento e canhões de som. Recentemente, após o golpe de estado em Myanmar, em 2021, os militares usaram força letal ilegal contra manifestantes pacíficos. Mais de duas mil pessoas foram mortas e mais de 13 mil foram detidas desde que os militares tomaram o poder.

O caos de uma repressão cada vez mais abrangente

O direito à manifestação pacífica e a liberdade de expressão estão a deteriorar-se por todo o mundo, com vários governos a assumirem uma atuação agressiva, colocando em causa a liberdade individual e coletiva e a integridade física dos manifestantes pacíficos e ativistas. São muitos os exemplos de abuso e estigmatização, que corroboram a necessidade da Amnistia Internacional de defender e apoiar a liberdade de expressão.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS E VIOLÊNCIA SEXUAL NO ZIMBABUÉ

Em maio de 2020, as ativistas políticas Cecillia Chimbiri, Joanah Mamombe e Netsai Marova foram detidas pela polícia num bloqueio de estrada, em Harare, no Zimbabué, por liderarem manifestações contra o governo pela sua resposta à pandemia e contra a fome generalizada no país. As três mulheres foram vítimas de desaparecimentos forçados enquanto estavam sob custódia policial, tendo sido torturadas, incluindo com violência sexual. Quando encontradas, uns dias mais tarde, a 87 quilómetros de Harare, apresentavam evidente necessidade de cuidados médicos. Foram acusadas de “publicitarem falsidades prejudiciais ao Estado” e por “promoverem reuniões com intenção de promoção à violência pública”. Atualmente, encontram-se em julgamento. Dois anos depois, não há qualquer investigação relativa aos seus desaparecimentos forçados e tortura.

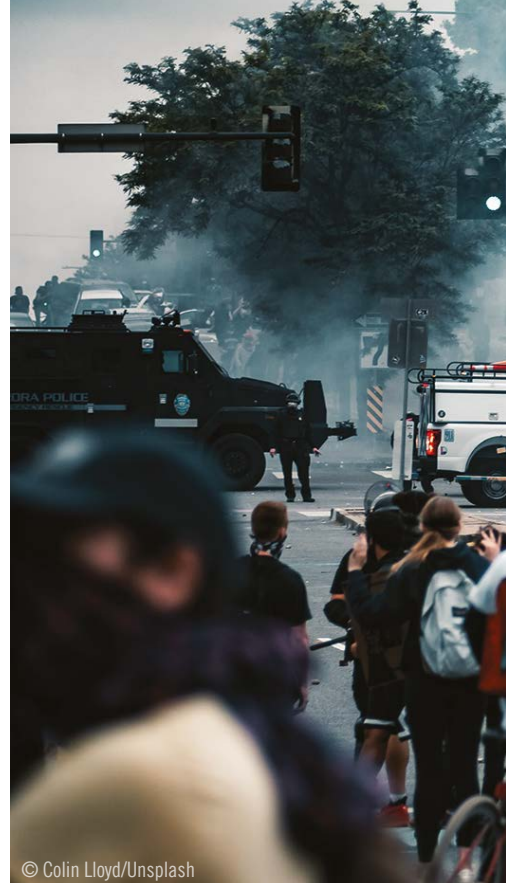
LEI DE SEGURANÇA NACIONAL DE HONG KONG USADA CONTRA AS MANIFESTAÇÕES

A Lei da República Popular da China sobre a Defesa da Segurança Nacional na Região Administrativa

Especial de Hong Kong foi aprovada e promulgada em Hong Kong, em junho de 2020. O impacto da Lei foi imediato. A sua ampla definição de “segurança nacional” carece de clareza e legalidade, e tem sido usada de forma arbitrária como um pretexto para restringir os direitos à liberdade de expressão. Uma das vítimas dessa repressão é Chow Hang-tung, uma advogada de direitos humanos e defensora dos direitos laborais que se encontra detida e acusada de “incitamento à subversão” desde setembro de 2021, e que se arrisca a uma pena de prisão que pode ir até aos 10 anos. Em conjunto com outros elementos da Aliança de Apoio aos Movimentos Democráticos Patrióticos da China, foi considerada um alvo por ter assinalado, de forma pacífica, a repressão ao protesto na Praça de Tiananmen, de 1989.

ATAQUES DELIBERADOS A MANIFESTANTES NO CHILE

Em 2019, assistiu-se no Chile a manifestações em massa de milhares de pessoas que exigiam igualdade e direitos humanos. As autoridades responderam de forma violenta, criminalizaram os manifestantes, fizeram um uso excessivo da força



© Colin Lloyd/Unsplash

e, de forma discriminatória, fizeram detenções preventivas. Em apenas cinco meses, e como resultado dessa força excessiva dos militares (Carabineros), pelo menos uma pessoa morreu e centenas ficaram gravemente feridas, incluindo 347 pessoas com ferimentos nos olhos. A maior parte dos ferimentos foram provocados pelo impacto dos disparos de caçadeiras carregadas com munições de impacto múltiplo, e utilizadas de uma forma descontrolada pelas autoridades chilenas. Durante os cinco meses de manifestações, foram disparadas quase 150 mil balas. Fabiola Campillai, uma das vítimas, foi atingida na cara com gás lacrimogénico, tendo perdido a visão de forma permanente, o olfato e o paladar.

CANHÕES DE ÁGUA CONTRA AS “MÃES DE SÁBADO” NA TURQUIA

Em agosto de 2018, a polícia turca usou gás lacrimogénico e canhões de água para dispersar uma reunião



pacífica de centenas de pessoas, na sua maioria mulheres, que incluía familiares das vítimas de desaparecimentos forçados, algumas com 80 anos de idade. O grupo é conhecido como as “Mães de Sábado”. As mães, familiares e amigos, que se inspiraram nas Mães da Plaza de Mayo, na Argentina, têm organizado vigílias semanais pacíficas em Istambul, desde 1995, para se manifestarem contra os desaparecimentos forçados dos seus familiares e exigirem justiça e verdade. Após as autoridades terem imposto uma proibição ilegal às “Mães de Sábado”, a polícia de intervenção turca impediu a sua 900ª vigília pacífica na Praça de Galatasaray, em 2022, detendo 16 pessoas, incluindo conhecidos defensores de direitos humanos e familiares das pessoas desaparecidas.

LIMITAÇÃO, QUASE TOTAL, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA RÚSSIA

Os direitos à liberdade de expressão e reunião pacífica estão de tal forma

limitados na Rússia que o seu exercício está sob ameaça, em particular quando as manifestações têm como alvo as autoridades. A lei de 2004 sobre as Reuniões (Lei sobre Reuniões, Comícios, Manifestações, Marchas e Greves) coloca restrições ilegais ao direito à reunião pacífica. Desde então, a legislação russa tem reduzido cada vez mais estes direitos, com destaque para as repressões feitas a manifestações contra o governo. As autoridades podem também impedir manifestações com base no local proposto ou obrigar os manifestantes a reunirem-se em locais específicos. Além disso, as autoridades russas empregam cada vez mais táticas policiais ilegais e aumentaram a lista das sanções contra manifestantes. A legislação mais recente introduziu coimas para qualquer pessoa que ouse manifestar-se contra a invasão russa da Ucrânia.

DETENÇÕES EM MASSA NO IRAÃO

Em dezembro de 2017 e janeiro de 2018, milhares de pessoas ocuparam

as ruas para se manifestarem contra a pobreza, a corrupção, a repressão e o autoritarismo. Pelo menos 25 pessoas foram mortas e milhares foram detidas arbitrariamente. Vahid Afkari foi um dos detidos arbitrariamente após ter participado pacificamente nesses protestos. Foi sujeito a tortura física e psicológica e após julgamentos injustos foi condenado a 33 anos e 9 meses de prisão, bem como a 74 chicotadas. Dois dos irmãos de Vahid Afkari - Navid Afkari e Habib Afkari - também foram presos após a participação nas manifestações. Em setembro de 2020, Navid Afkari foi executado em segredo. Depois de uma campanha organizada pela sua família, pela Amnistia Internacional e por vários ativistas em todo o mundo, Habib Afkari acabou por ser libertado da prisão em 2022. As autoridades iranianas continuaram a sua resposta militarizada às manifestações também em 2021 e 2022, distorcendo a verdade sobre a natureza e a escalada das violações de direitos humanos.



DOSSIÊ

Envolvimento cívico em Portugal é reduzido

O último relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre o envolvimento cívico revela que Portugal ocupa o penúltimo lugar entre os 41 países analisados por aquele organismo. Numa escala de zero a 10, onde a Austrália ocupa a primeira posição, com 8.9 pontos, o nosso país regista o valor de 1.8 e o Chile, na pior posição, com 1.2.

O documento da OCDE refere que um dos indicadores essenciais para aferir a participação cívica se prende com a afluência às urnas, em que Portugal, segundo os últimos dados a que a instituição teve acesso, apresenta uma percentagem de 49% de votantes entre os cidadãos recenseados. Longe dos 92% dos australianos, e um pouco acima dos 47% registados nas eleições chilenas. A média de participantes nos atos eleitorais nos países da OCDE situa-se nos 69%.

Outra forma de avaliar o nível de cidadania entre os países que fizeram parte do estudo é aferir o envolvimento da população no processo legislativo e na sua posterior regulamentação. Para a OCDE, a ligação dos cidadãos a este processo formal revela até que ponto as pessoas estão envolvidas nas decisões sobre questões que afetam diretamente as suas vidas. Numa escala entre zero e 4, em que a média dos países da Organização obtém 2,1, Portugal fica-se



pelos 1,5. No lugar cimeiro, a Austrália atinge 2,7 pontos nesta avaliação, enquanto o Chile se fica pelos 1,3.

A OCDE também apresenta exemplos de boas práticas nos países que figuram no relatório e o nosso país não é exceção. O documento aponta a implementação da rede de “Lojas de Cidadão” como tendo melhorado a eficiência e a qualidade dos serviços prestados às populações. O texto

salienta a “ampla” gama de serviços como a Segurança Social e as Finanças, mas também os privados, que fornecem eletricidade, água e gás ou televisão por cabo. A centralização permite, segundo o relatório, economizar tempo e recursos financeiros. O documento indica ainda que a plataforma online “Mapa de Cidadão”, adaptada para telemóveis, possibilita à população pesquisar e encontrar a localização mais próxima de um serviço público. O serviço “ChileAtiende” também existe no país que ocupa o último lugar do ranking, a seguir a Portugal, mas o texto acrescenta que existe legislação que torna obrigatória a participação e consulta pública em novas leis.

Relativamente ao líder do ranking elaborada pela OCDE sobre o envolvimento cívico, a Austrália também disponibiliza a “YourSay”, apontada como um centro de consulta online que envolve os australianos do Sul na formulação de políticas.

Neste relatório, onde os lugares cimeiros são ocupados pela Austrália, Coreia do Sul e Nova Zelândia, destaca-se que a confiança no governo é essencial para a coesão social e o bem-estar. Os responsáveis pelo documento afirmam que hoje, mais do que nunca, “os cidadãos exigem maior transparência dos seus governos”. A informação e a justificação das decisões tomadas, sublinha o estudo, “são essenciais para responsabilizar o governo” e, ao mesmo tempo, para “manter a confiança nas instituições públicas”. O relatório da OCDE aponta a transparência como a chave para a integridade no setor público e para uma melhor governação.

No que diz respeito ao processo eleitoral, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico revela que as pessoas com mais instrução têm tendência a votar com mais frequência do que as menos instruídas, tal como os mais velhos, que

representam uma percentagem maior do que os mais jovens.

Ainda segundo os dados disponibilizados, não há muitas diferenças na taxa de votação de homens e mulheres, embora na Suíça haja mais votantes do sexo masculino e, na Lituânia e Federação Russa, sejam as mulheres a liderar. Na maioria dos países analisados, a participação eleitoral aumenta proporcionalmente aos rendimentos da população, com essa diferença a ser mais acentuada na Polónia e nos Estados Unidos. O único país em que os mais desfavorecidos votam em maioria é na Coreia do Sul.

O documento refere que, na generalidade, as mulheres estão em minoria entre os representantes eleitos, embora o número tenha aumentado ligeiramente na última década. Nos países da OCDE, apenas cerca de 29% dos assentos nos parlamentos nacionais são ocupados por mulheres. Apesar das diferenças institucionais nos sistemas eleitorais dos vários países estudados, a OCDE salienta que a participação dos eleitores é o melhor meio para medir o envolvimento cívico e político.

A cidadania implica também o direito a protestar e à liberdade de expressão. A ameaça sobre os protestos pacíficos em todo mundo está na origem da campanha global “Protege a Liberdade” promovida pela Amnistia Internacional. Em causa estão as leis e outras medidas que restringem o direito à manifestação pacífica, designadamente o uso indevido de força, a vigilância em massa, ilegal e direcionada, a censura online, o abuso e a estigmatização.

A campanha mundial da AI relembra a Primavera Árabe, os movimentos “Black Lives Matter” e “MeToo”, entre outros exemplos, como tendo alterado o curso da história, abrindo caminho para mudanças sociais globais. O protesto pacífico é também uma forma de envolvimento cívico.

INCIDENTES DE VIOLÊNCIA SOBRE MANIFESTANTES

#1 MYANMAR

INCIDENTES

2.323



INCIDENTES EM RESPOSTA A MANIFESTAÇÕES

675



29,1% DO TOTAL DE INCIDENTES

#2 ÍNDIA

1183



1028



86,9%

Desde que os militares de Myanmar derrubaram o governo democraticamente eleito e estabeleceram a lei marcial, em fevereiro de 2021, cerca de dois mil civis foram mortos pelas forças militares, e mais de 14 mil pessoas foram detidas.

Pelo menos 30 pessoas, na sua maioria muçulmanas, foram mortas pela polícia durante manifestações. Outras ficaram feridas na sequência de espancamentos e lançamento de gás lacrimogêneo. Mais de 1500 manifestantes foram presos.



#3 RÚSSIA

834



728



87,3%

Civis russos saíram à rua para se manifestarem contra a guerra na Ucrânia, com milhares de pessoas a serem detidas ilegalmente. A 6 de março de 2022, foram detidos cerca cinco mil manifestantes. Na primeira semana da invasão russa à Ucrânia, cerca de 13500 pessoas foram presas. Em 2021, mais de cinco mil pessoas foram detidas durante as manifestações contra a prisão de Alexei Navalny.

#4 AFGANISTÃO

654



32

4,9%

Depois da tomada do poder pelos Talibãs, em 2021, foram vários os episódios de violência sobre manifestantes. Em Jalalabad, tanto manifestantes como jornalistas foram detidos por soldados talibãs. Em Cabul, vários jornalistas que cobriam as manifestações foram ilegalmente detidos e torturados pelas autoridades talibãs antes de serem libertados. Um grupo de mulheres que protestavam contra a formação de um governo só de homens foi espancado pelos Talibãs.

#5 TURQUIA

522



467



89,5%

Em 2021, depois de a Turquia ter abandonado o pacto internacional que promove a sensibilização para a violência doméstica e a violência baseada no género, irromperam protestos por todo o país. A polícia respondeu aos manifestantes usando gás lacrimogêneo e balas de borracha, depois de colocar barricadas que impossibilitaram a dispersão das multidões, deixando os manifestantes ainda mais vulneráveis.

Entre janeiro de 2021 e junho de 2022 a **força excessiva das autoridades governamentais contra manifestantes** de todo o mundo resultou em atos de violência, que têm registado um **crescimento preocupante** e potenciam a violação do direito à manifestação pacífica. Esta tendência também inclui a violência contra jornalistas que fazem a cobertura dos eventos. Myanmar é quem encabeça a lista da maioria dos incidentes da violência estatal contra manifestantes.

#6 EUA

381 

319  83,7%

Desde 2021 que vários estados dos EUA promulgaram uma legislação anti protesto, o que torna mais difícil - e mais perigoso - que as pessoas exerçam o seu direito à liberdade de expressão e de reunião. Estas leis reduzem a possibilidade de onde é lícito reunir, determinam o termo "motim" de forma ampla e subjetiva, o que facilita a criminalização do protesto.

#9 FILIPINAS

346 

29 8,4%

Além da violência exercida sobre pessoas durante manifestações contra as leis restritivas da pandemia da COVID-19, vários grupos civis relataram a violência das autoridades da Filipinas numa manifestação da proclamação do presidente eleito, Bongbong Marcos, em maio de 2022.

#7 SUDÃO

372 

316  84,9%

Durante as manifestações pró-democracia de 2021, em Cartum, a capital do Sudão, os manifestantes contra a tomada do poder pelos militares foram recebidos pelas autoridades com balas, gás lacrimogénico e, noutras cidades, foram espancados e detidos. A ONU também relatou que 13 mulheres e raparigas foram violadas durante um protesto contra oficiais militares.

#10 IRÃO

300 

167 55,7%

Ao longo dos últimos anos, o Irão tem enfrentado uma crise sistémica de impunidade por crimes cometidos ao abrigo do Direito Internacional e graves violações de direitos humanos relacionadas com a violenta resposta das forças de segurança às sucessivas manifestações nacionais. Foi usada força letal ilegal contra a maioria dos manifestantes e transeuntes, demonstrando intenção de matar. Esta repressão mortal por parte das autoridades tem sido acompanhada por cortes no acesso à internet para a maioria da população.

#8 IÉMEN

346 

35 10,1%

Em 2021, três pessoas foram mortas em manifestações em Aden e outras cidades do sul do Iémen, contra os cortes de eletricidade, uma vez que os serviços públicos entraram em colapso dentro de áreas controladas por uma aliança apoiada pela Arábia Saudita. As forças de segurança dispararam para dispersar centenas de jovens manifestantes. As manifestações nas províncias de Shabwa e Abyan também registaram a violência das autoridades sobre os manifestantes.

#11 CHINA

295 

34 11,5%

Em novembro de 2021, críticos do governo chinês foram raptados ou silenciados à força, sendo levados para campos de trabalho forçado. Tanto dissidentes como manifestantes comuns - e até uma famosa tenista - desapareceram ou foram confinados a prisão domiciliária. Estima-se que foram ilegalmente presas dezenas de milhares de pessoas.



A MOBILIZAÇÃO PELOS ROSTOS QUE LUTAM PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A Amnistia Internacional continua a promover um movimento solidário fundamental na defesa dos direitos humanos. A Maratona de Cartas será um dos pilares da campanha global “Protege a Liberdade” e, em 2022, apela à ação em defesa de cinco ativistas que têm sido vítimas de injustiça, discriminação e dos seus direitos à Liberdade de Expressão, à manifestação pacífica e de reunião.



Nem o recente passado, num mundo assolado pela pandemia da COVID-19, demoveu milhões de pessoas de se fazerem ouvir através das ações levadas a efeito pela Amnistia Internacional, com a Maratona de Cartas a afirmar-se como uma ferramenta que causa um impacto positivo na vida das pessoas.

Apesar da enorme preponderância que as 4.657.104 ações em defesa dos direitos humanos a nível mundial tiveram em 2021, o ano passado ficou claramente marcado pelo recorde que se registou em Portugal relativamente à assinatura de cartas e às mensagens de solidariedade enviadas a partir do nosso país. As 128.991 assinaturas recolhidas e as 4.431 mensagens de solidariedade para cada um dos casos da maratona de 2021 demonstram a capacidade da Amnistia Internacional Portugal em manter o seu propósito na defesa dos direitos humanos.

Esta mobilização de milhares de pessoas em Portugal só foi possível pela articulação com as estruturas da Amnistia Internacional, de pelo menos 320 escolas, uma universidade, quatro entidades externas (entre associações e empresas) e dezenas de pessoas que organizaram eventos de recolhas de assinaturas junto de amigos e familiares.

O impacto alcançado, sobretudo nos cinco casos apoiados pela Amnistia Internacional Portugal, deveu-se ao ativismo, mobilização, empenho e dedicação ao longo dos meses de novembro e dezembro de 2021, e de janeiro de 2022.

A Amnistia Internacional inicia assim um novo ciclo na Maratona de Cartas, em virtude dos desafios que se apresentam, tal como os receios e incertezas quanto ao futuro. Na linha

da frente da campanha global “Protege a Liberdade” estão os cinco novos casos de ativistas que, por diferentes motivos, sofrem as consequências das ações e medidas impostas pelas autoridades governamentais de todo o mundo, nomeadamente com as respostas repressivas e violentas nas manifestações pacíficas, que impedem a liberdade de expressão de quem exige mudanças.

Alexandra Skochilenko é uma artista russa, vítima da censura do seu país, que se agudizou durante a invasão da Rússia à Ucrânia. É um dos casos da Maratona de Cartas, depois de ter sido injustamente presa em abril de 2022, sendo “acusada de disseminação pública de informação reconhecidamente falsa sobre o uso das Forças Armadas da Federação Russa”, pelo simples facto de ter veiculado informação sobre a invasão entre a



MARATONA DE CARTAS

AMNISTIA
INTERNACIONAL



© Amnesty International

população russa. Alexandra Skochilenko continua detida em condições desumanas.

Outra das vítimas da repressão das autoridades policiais é Nasser Zefzafi, que vivia na região do Sahara Ocidental, no norte de Marrocos. Em 2017, foi detido por interromper um sermão numa mesquita e de ter acusado o Imã (líder religioso do Islão) de agir como porta-voz das autoridades marroquinas. Enquanto estava sob custódia da polícia, foi torturado e maltratado e, posteriormente, condenado a 20 anos de prisão, apenas por manifestar a sua opinião. Desde que foi detido que se encontra em regime de solitária e com graves problemas de saúde.

Quanto a Dorgelesse Nguessan, dos Camarões, é proprietária de um salão de beleza e foi detida numa

manifestação no seu país, em Douala, quando fugia da resposta violenta da polícia. A mãe de um jovem de 18 anos, com graves problemas de saúde e que necessita de tratamento e acompanhamento permanente, também continua presa.

Luis Manuel Alcántara, artista afro-cubano cujo caso também integra a Maratona de Cartas, foi detido em julho de 2021 por publicar um vídeo online, afirmando que participaria naquela que acabou por ser a maior manifestação das últimas décadas em Cuba. Contudo, antes do início da manifestação, foi injustamente preso e levado para Guanajay, uma prisão de segurança máxima, onde se encontra até hoje.

Por fim, o caso de Chow Hang-tung, uma estudante universitária chinesa que está a cumprir uma pena de 22

anos de prisão por relembrar através das redes sociais, e de forma pacífica, as vítimas do massacre de Tiananmen, em 1989. Arrisca-se ainda a mais condenações e a ter de cumprir mais anos na prisão por, alegadamente, colocar a segurança nacional de Hong Kong em perigo através das suas ações pacíficas.



**NAS PÁGINAS SEGUINTES,
A AMNISTIA INTERNACIONAL
REVELA OS DETALHES DOS
CINCO CASOS DA MARATONA
DE CARTAS DE 2022.**



UMA JORNADA PARA RECUPERAR ABRAÇOS E OS SONHOS DESFEITOS DE DORGELESSE

DORGELESSE NGUESSAN

📍 **CAMARÕES**



DORGELESSE NGUESSAN É A MATRIARCA DE UMA FAMÍLIA QUE VIVE EM GRANDES DIFICULDADES ECONÓMICAS NOS CAMARÕES. A CABELEIREIRA, MÃE SOLTEIRA DE UM FILHO DE 18 ANOS, QUER VOLTAR PARA A SUA FAMÍLIA DEPOIS DE TER PARTICIPADO PACIFICAMENTE NA SUA PRIMEIRA MANIFESTAÇÃO. ESTÁ A AGUARDAR RECURSO DE UMA SENTENÇA DE CINCO ANOS DE PRISÃO.

“Lembro-me do último dia em que abracei a minha mãe antes de ela sair para a manifestação”. As palavras são de Lontchi Jean Okhi, filho de Dorgelesse Nguessan, uma cabeleireira camaronesa que sempre sonhou em ter o seu próprio salão de beleza. Contudo, o sonho da mãe solteira ficou desfeito há cerca de dois anos, a 22 de setembro de 2020, quando foi detida durante uma manifestação pacífica em Douala, nos Camarões.

Tratou-se da sua primeira presença numa manifestação, ela que nunca teve uma participação ativa nas manifestações de caráter político. As suas preocupações relativamente ao estado da economia nos Camarões motivaram-na a agir pacificamente, mas, pouco depois do início da manifestação, as forças de segurança dispararam balas de borracha, gás lacrimogénico e recorreram a canhões de água para dispersar os manifestantes. À medida que Dorgelesse e outras pessoas fugiam da polícia, conseguiram escapar até um beco sem saída, com as autoridades a bloquearem a rua e a deterem a cabeleireira. Foi levada para a esquadra da polícia, onde esteve numa cela com outras 22 pessoas em condições deploráveis.

“O que me levou a protestar nesse dia? A vida estava a tornar-se cada vez mais difícil, sentia que nada ia a lado nenhum. Os professores estavam com dificuldades, os médicos... Tudo estava a desmoronar-se. A vida estava a ficar cada vez mais cara e não estava a ter resultados com o meu negócio. Pensei, se a minha voz pode ajudar a inspirar mudanças reais no meu país, porque não manifestar-me?” Foi isso que me motivou”, recorda Dorgelesse Nguessan.

Após a sua detenção, Dorgelesse Nguessan foi transferida para a Prisão Central de Douala, a 29 de setembro de 2020, onde se encontra até hoje. Foi acusada de “insurreição, reunião, encontros e manifestações públicas” e julgada num tribunal militar, numa clara violação ao artigo 14º do Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos, que os Camarões ratificaram (o artigo em questão indica que “todas as pessoas têm direito a que a sua causa seja ouvida equitativa e publicamente por um tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido pela lei”).

No dia 7 de dezembro de 2021, Dorgelesse Nguessan acabou por ser

condenada a cinco anos de prisão e, neste momento, aguarda que seja agendada uma audiência para o recurso que apresentou.

Em junho de 2022, 96 das 500 pessoas que foram detidas em setembro de 2020 continuavam atrás das grades após julgamentos em tribunais militares e com acusações relacionadas com a participação na manifestação.

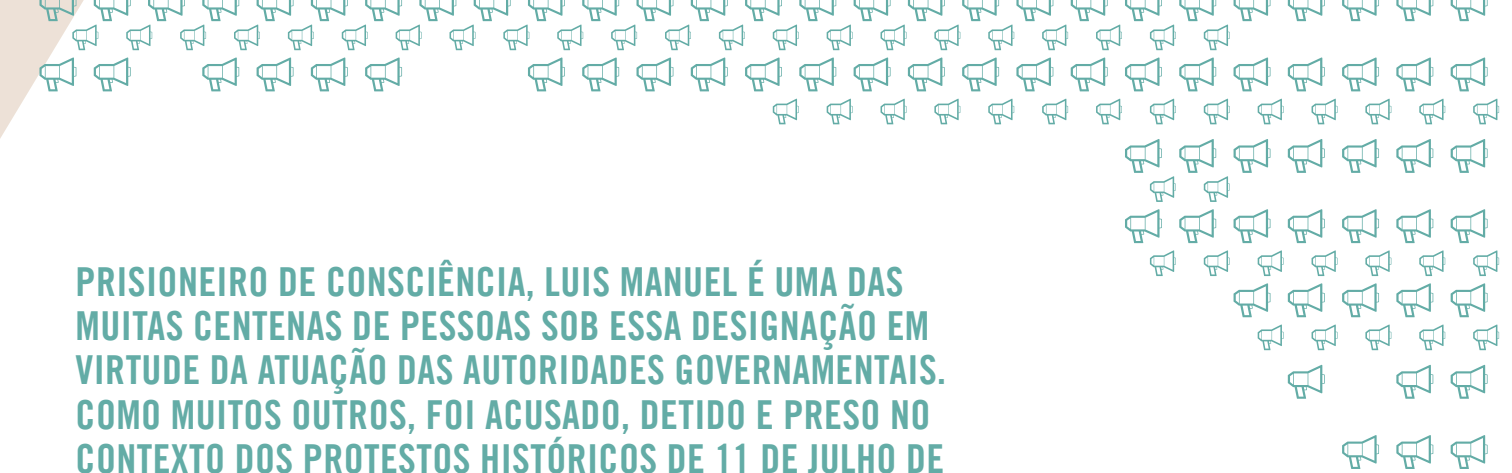
A camaronesa quer recuperar o abraço do seu filho e regressar a casa, porque é a pessoa responsável por sustentar a sua família. O seu filho de 18 anos sofre de anemia falciforme, e a família enfrenta sérias dificuldades para conseguir pagar a medicação de que precisa.

Recorde-se que a detenção de pessoas pelo simples exercício pacífico dos seus direitos à liberdade de expressão e de reunião, bem como a detenção resultante de julgamentos sem garantias processuais independentes, é arbitrária e ilegal. Os julgamentos de civis por tribunais militares também violam as normas internacionais de equidade.



EM BUSCA DA DANÇA DA LIBERDADE

LUIS MANUEL ALCÁNTARA  **CUBA**



PRISIONEIRO DE CONSCIÊNCIA, LUIS MANUEL É UMA DAS MUITAS CENTENAS DE PESSOAS SOB ESSA DESIGNAÇÃO EM VIRTUDE DA ATUAÇÃO DAS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS. COMO MUITOS OUTROS, FOI ACUSADO, DETIDO E PRESO NO CONTEXTO DOS PROTESTOS HISTÓRICOS DE 11 DE JULHO DE 2021, QUANDO MILHARES DE PESSOAS SAÍRAM ÀS RUAS EM CUBA PARA EXERCEREM A SUA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E REUNIÃO DE UMA FORMA QUE NÃO ERA TESTEMUNHADA HÁ DÉCADAS.

Luis Manuel é uma artista afro-cubano multifacetado, dividindo a sua paixão por diferentes vertentes, da pintura à dança. A sua imagem de marca são os fatos rosa brilhante que irradiam talento em qualquer sala de espetáculos.

A sua casa em San Isidro, um dos bairros mais pobres de Havana, é um refúgio e um espaço seguro para a comunidade em que está inserido – uma verdadeira casa aberta para que as pessoas se possam conhecer melhor e conversar em segurança.

Ao seu carisma social, Luis Manuel juntou o reconhecimento internacional pelo seu ativismo pacífico contra o *Decreto 349*, uma lei que visa silenciar artistas críticos das autoridades cubanas.

No seguimento da implementação do decreto, Luis Manuel assumiu o papel de líder do Movimento de San Isidro, um grupo diverso de artistas, jornalistas e ativistas determinado a agir de forma pacífica para defender o direito à liberdade de expressão. Pelas suas ações de defesa dos direitos humanos, os elementos desse grupo têm sido alvo de intimidações, vigilância e detenções.

No dia 2 de maio de 2021, agentes de segurança do estado cubano levaram Luis Manuel da sua casa, após ter iniciado uma greve de fome contra a apreensão dos seus trabalhos artísticos pelas autoridades. Foi levado para um hospital onde lhe recusaram contacto com o exterior. Após a sua libertação, um mês depois da detenção, as autoridades continuaram a vigiar cada um dos seus passos.

Apesar da constante vigilância das autoridades, Luis Manuel, de 34 anos, não abdicou do seu espírito de ativista e, a 11 de julho 2021, publicou um vídeo online, admitindo que participaria naquela que se revelou ser a maior manifestação das últimas décadas em Cuba. Contudo, antes do início da manifestação, foi detido e levado para Guanajay, uma prisão de segurança máxima, onde se encontra até hoje.

Em junho de 2022, na sequência de um julgamento à porta fechada, no qual foi proibido o acesso a jornalistas, observadores internacionais e representantes de embaixadas, Luis Manuel foi condenado a cinco anos de prisão. De acordo com um documento do tribunal, foi acusado

de “insultar símbolos nacionais” pelo uso da bandeira cubana na peça *Drapeau*, na qual ou usava a bandeira cubana ou a levava consigo 24 horas por dia durante um mês. Foi também acusado de “desordem pública” e “desprezo” por se juntar a outras pessoas numa manifestação, a 4 de abril, que cantaram a música “Patria y Vida” em público e entoaram “palavras ofensivas” contra o antigo presidente Raúl Castro.

Desde que foi transferido para Guanajay, a sua saúde tem-se deteriorado e não tem recebido cuidados médicos adequados. Além disso, segundo algumas pessoas próximas, as autoridades permitem visitas da família a cada quinze dias e telefonemas de 3 a 4 minutos, duas vezes por semana. Contudo, é frequente negarem-lhe os seus direitos a essas visitas e às chamadas telefónicas.



A VOZ SEM MEDO QUE PERPETUA A MEMÓRIA DE UM MASSACRE

CHOW HANG-TUNG  **HONG KONG**





AO LONGO DOS ANOS, MUITOS ATIVISTAS NA CHINA CONTINUARAM A SER PRESOS POR TENTAREM HOMENAGEAR AS VÍTIMAS DE TIANANMEN, SENDO QUE AINDA NÃO FOI FEITA JUSTIÇA PARA COM AS SUAS FAMÍLIAS. CHOW HANG-TUNG INCENTIVOU AS PESSOAS À AÇÃO NAS REDES SOCIAIS PARA ASSINALAREM A DATA DO MASSACRE E ACABOU POR SER INJUSTAMENTE DETIDA EM 2021.

Reconhecida como uma estudante brilhante que teria facilidade em escolher qualquer percurso profissional, a chinesa Chow Hang-tung optou por dedicar a sua vida a proteger as pessoas e a desempenhar a profissão de advogada de direitos humanos e dos direitos laborais na China.

Foi também vice-presidente da Aliança de Hong Kong de Apoio aos Movimentos Democráticos Patrióticos da China, a organização responsável, desde 1990, pela vigília anual que relembra o massacre de Tiananmen de 1989 - no dia 4 de junho de 1989, centenas, possivelmente milhares, de pessoas foram mortas nas ruas em redor da Praça de Tiananmen, em Pequim, quando as forças chinesas dispararam contra os manifestantes pacíficos que exigiam reformas socioeconómicas.

Em 2020 e 2021, as autoridades de Hong Kong proibiram a vigília, alegando razões de proteção da saúde pública, no âmbito da pandemia da COVID-19. Nesse sentido, no dia 4 de junho de 2021, Chow incentivou as pessoas a juntarem-se nas redes sociais para assinalarem a data do massacre, acendendo velas. Foi detida nesse

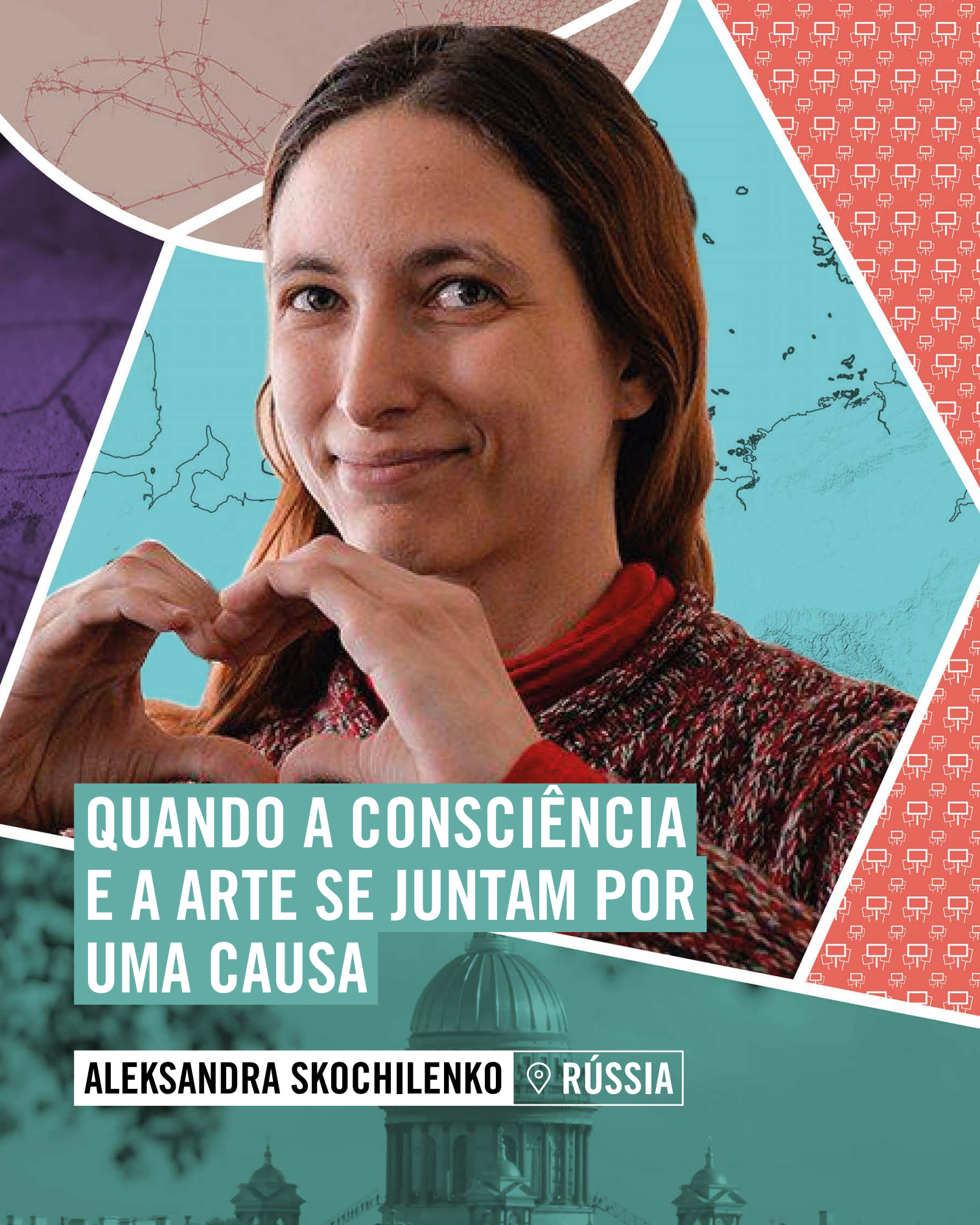
mesmo dia por “promover ou publicitar uma reunião não autorizada”.

A detenção de manifestantes pacíficos como Chow Hang-tung é uma tática utilizada por vários governos que receiam o poder da ação coletiva da população e que visa silenciar e provocar o medo, com vista a dissuadir a participação em manifestações futuras.

A repressão constante da liberdade de expressão das autoridades chinesas tem também levado os familiares das vítimas do massacre de Tiananmen a esconderem a sua condição para evitar as perseguições de que eram alvo ao longo dos anos. Contudo, um grupo de mães (e pais) das vítimas constituiu um movimento designado por “Mães de Tiananmen”, chefiado por Ding Zilin e pelo marido Jian Peikun, cujo jovem filho Jian Jieliang, foi baleado no coração na noite de 3 de junho de 1989. O grupo foi alvo de perseguições várias apenas por exigir justiça para as vítimas do massacre. Jian Peikun morreu em 2015, sem que fosse feita justiça, o mesmo tendo acontecido a vários elementos deste grupo. Mais, vários ativistas em Hong Kong também estão a ser detidos e

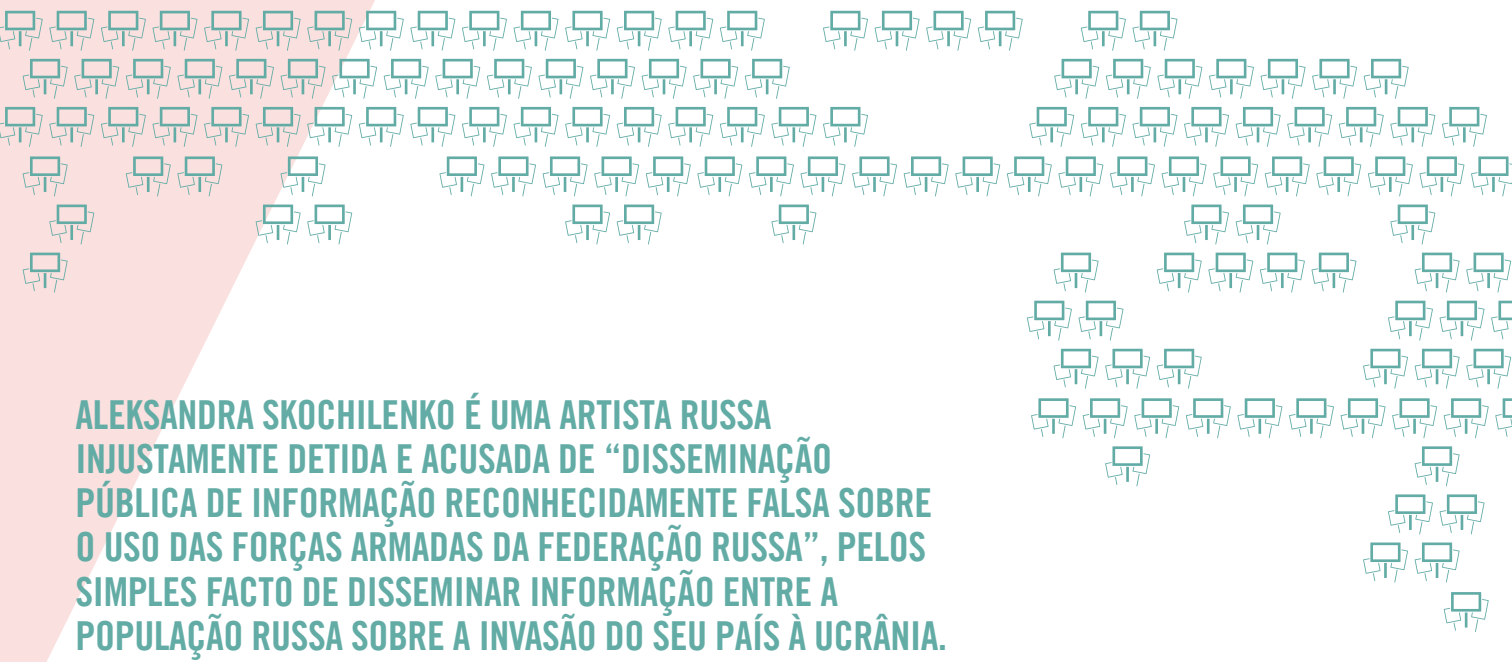
julgados por atividades pacíficas de comemoração.

Neste momento, Chow também é um alvo por algo tão inofensivo como atuar pacificamente em nome de uma comemoração, e está a cumprir uma pena de 22 anos de prisão por relembra as vítimas desse massacre. Arrisca-se ainda a mais condenações e a ter de cumprir mais anos na prisão por, alegadamente, colocar a segurança nacional em perigo através das suas ações pacíficas. Mas, mesmo perante tudo isto, a coragem de Chow prevalece: “dizer que não tenho medo seria uma mentira, mas o que tenho não me impede de agir”.



QUANDO A CONSCIÊNCIA E A ARTE SE JUNTAM POR UMA CAUSA

ALEKSANDRA SKOCHILENKO  **RÚSSIA**



ALEKSANDRA SKOCHILENKO É UMA ARTISTA RUSSA INJUSTAMENTE DETIDA E ACUSADA DE “DISSEMINAÇÃO PÚBLICA DE INFORMAÇÃO RECONHECIDAMENTE FALSA SOBRE O USO DAS FORÇAS ARMADAS DA FEDERAÇÃO RUSSA”, PELOS SIMPLES FACTO DE DISSEMINAR INFORMAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO RUSSA SOBRE A INVASÃO DO SEU PAÍS À UCRÂNIA.

A vida de Aleksandra Skochilenko tem sido quase sempre ocupada pela criação artística, desde a música até outras formas de arte. A ativista russa, que completou recentemente 32 anos, é uma entusiasta do piano, guitarra, bandom ou flauta, e organizou várias sessões de música ao vivo (*jam sessions*). É conhecida por utilizar a arte para combater o estigma das doenças mentais e foi a autora do “Livro sobre a Depressão”, que se tornou popular na Rússia.

Ao criar uma ponte entre a arte e a sua consciência de caráter ativista, Aleksandra Skochilenko envolveu-se também na defesa da comunidade LGBTI, fortemente reprimida no seu país. Contudo, a artista acabaria por ser vítima da repressão à sua liberdade de expressão, depois de, a 31 de março de 2022, ter substituído as etiquetas dos preços de vários produtos num supermercado de São Petersburgo por papéis com informações sobre o bombardeamento russo ao teatro de Mariupol, na Ucrânia, onde centenas de pessoas se abrigavam.

A polícia deteve Aleksandra alguns dias depois, na manhã de 11 de abril de 2022, e acusou-a de “disseminação

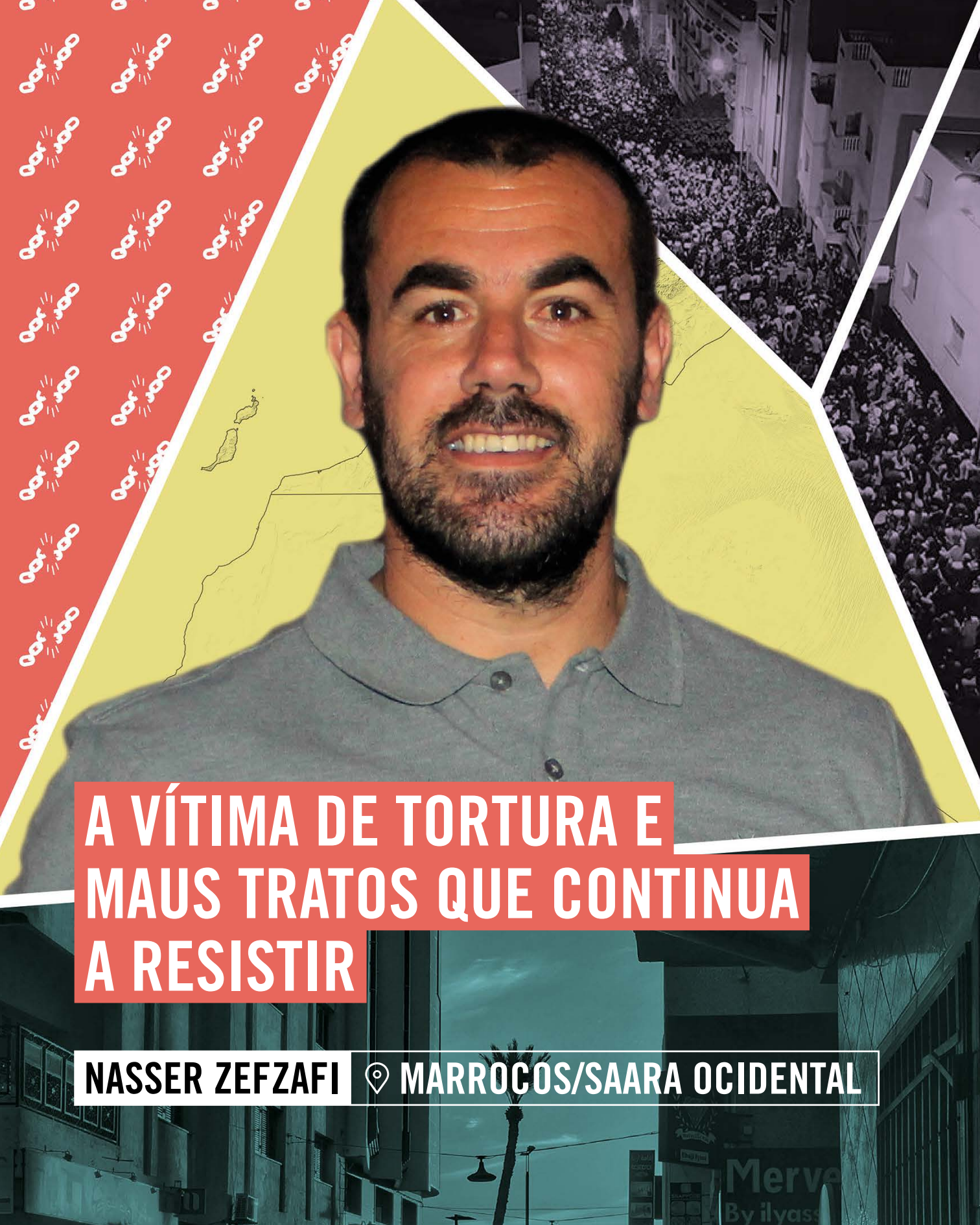
pública de informação reconhecidamente falsa sobre o uso das Forças Armadas da Federação Russa” – um novo artigo no código penal introduzido pelo governo russo, em março de 2022, com vista a impedir que a população russa critique a invasão à Ucrânia. Até junho de 2022, foram abertos quase dois mil casos administrativos por “desacreditar as forças armadas”, maioritariamente contra pessoas com opiniões críticas à invasão da Ucrânia. Foram iniciadas mais de 50 investigações por “disseminação pública de informação reconhecidamente falsa”, sendo que, na sua maioria, dizem respeito à partilha de informação sobre relatos de crimes de guerra cometidos pelas forças russas na Ucrânia.

A partir do momento da detenção injusta, a vida de Aleksandra Skochilenko mudou de forma radical, ela que acaba por ser um exemplo de como os direitos à liberdade de expressão e de reunião pacífica estão a ser brutalmente restringidos na Rússia. Desde que está detida em condições desumanas, Aleksandra passou fome durante a maior parte do tempo, uma vez que padece de doença celíaca e não tem acesso à comida sem glúten de que necessita. A agravar a situação estão as ameaças feitas à artista pelos

funcionários do centro de detenção e pelas próprias colegas de cela. Caso seja condenada, Aleksandra Skochilenko arrisca-se a uma pena de prisão que pode ir até aos 10 anos.

Durante todo o processo, não deixou de se entregar à arte. Os desenhos que criou no centro de detenção enquanto aguardava julgamento foram exibidos numa exposição do “Espaço Aberto”, em Moscovo, que é dedicado à arte de pessoas presas por motivos políticos. A sua obra será ainda exposta em São Petersburgo.

Recorde-se que quase todos os principais canais russos de televisão e jornais são controlados pelo governo ou autocensuram-se na cobertura jornalística a assuntos sensíveis ao Kremlin, incluindo a invasão da Rússia à Ucrânia. Os restantes meios independentes enfrentam o risco de serem encerrados, multados ou designados de “agentes estrangeiros”, o que resulta na perda de benefícios publicitários e em acusações das autoridades governamentais. Na Rússia, a liberdade de expressão online também está sujeita a monitorização e censura por parte das agências estatais que identificam e acusam quem viola as restrições impostas.



A VÍTIMA DE TORTURA E MAUS TRATOS QUE CONTINUA A RESISTIR

NASSER ZEFZAFI  **MARROCOS/SAARA OCIDENTAL**



NASSER ZEFZAFI EMERGIU COMO LÍDER EMBLEMÁTICO DE UM MOVIMENTO CONHECIDO COMO HIRAK EL-RIF, QUE COMEÇOU NA CIDADE DE AL HOCEIMA NA REGIÃO DO RIF, NO NORTE DE MARROCOS, NO FINAL DE 2016. O ATIVISTA CONTINUA DETIDO EM CONDIÇÕES ABSOLUTAMENTE DESUMANAS DEPOIS DAS SUAS AÇÕES PACÍFICAS PELA JUSTIÇA E A IGUALDADE.

Nasser Zefzafi vivia uma vida pacífica com a sua família na região do Rif, no norte de Marrocos. Uma região conhecida pelas várias dificuldades que perduram há décadas, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a cuidados médicos, educação, acessibilidades ao resto do país e oportunidades de emprego, e pela marginalização de que tem sido alvo pelos sucessivos governos de Marrocos. Por exemplo, após um terramoto ter destruído a maior parte da cidade de Al Hoceima em 2004, o governo apenas iniciou o plano de reconstrução mais de 10 anos depois.

Em outubro de 2016, a morte de um pescador, esmagado por um camião do lixo quando tentava recuperar o peixe que lhe foi confiscado pelas autoridades, motivou e inspirou várias manifestações pacíficas na cidade de Nasser. Milhões de pessoas ocuparam as ruas de forma pacífica para expressarem a sua tristeza e frustração. Estavam fartas e exigiam mudanças por parte das autoridades marroquinas.

Decididos a transformar esse descontentamento e tristeza em ação, criaram o movimento Hirak El-Rif, e Nasser Zefzafi, um homem crente na

justiça e igualdade, tornou-se numa das suas figuras de proa.

Nos meses seguintes, as forças de segurança marroquinas prenderam centenas de manifestantes. No dia 29 de maio de 2017, Nasser foi detido por interromper um sermão numa mesquita e de ter acusado o Imã (líder religioso do Islão) de agir como porta-voz das autoridades marroquinas.

Nasser Zefzafi e outros 53 manifestantes foram acusados de “protesto não autorizado”, “rebelião”, “conspiração para boicotar a segurança interna do Estado”, desrespeitando “a lealdade dos cidadãos ao Estado marroquino e as instituições do povo marroquino”, “incitamento contra a unidade territorial do reino” e “insulto” a funcionários e instituições públicas, argumentos ilusórios perante os evidentes atos pacíficos de Nasser.

Enquanto estava sob custódia da polícia, Nasser foi torturado e maltratado e, no dia 27 de junho de 2018, foi condenado a 20 anos de prisão, apenas por manifestar a sua opinião. Desde que foi detido que se encontra em regime de solitária.

Durante o julgamento, Nasser Zefzafi disse ao Tribunal de Recurso de Casablanca que os polícias o espancaram e ameaçaram a sua mãe, de acordo com o relato do seu advogado.

Obrigado a viver em condições absolutamente terríveis na prisão, a saúde de Nasser deteriorou-se significativamente e tem sofrido de dificuldades respiratórias, nevralgia e problemas de visão. Além disso, as autoridades têm-lhe negado os cuidados médicos de que necessita.



CAMARÕES

PRESA APÓS TER PARTICIPADO NA SUA PRIMEIRA MANIFESTAÇÃO

Dorgelesse Nguessan viu destruído o sonho de ter o seu próprio salão de beleza, no dia 22 de setembro de 2020, após ter sido detida durante uma manifestação em Douala, nos Camarões. Foi a sua primeira e única participação numa manifestação.

No dia 29 de setembro de 2020, Dorgelesse foi transferida para a Prisão Central de Douala, onde se encontra até hoje, acusada de “insurreição, reunião, encontros e manifestações públicas” e julgada num tribunal militar. No dia 7 de dezembro de 2021, acabou por ser condenada a cinco anos de prisão.

Dorgelesse é a pessoa responsável por sustentar a sua família, que se encontra com graves dificuldades financeiras. Deve ser imediatamente libertada!

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:

www.amnistia.pt/peticao/dorgelesse-nguessan/



CUBA

ARTISTA PRESO POR DEFENDER A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

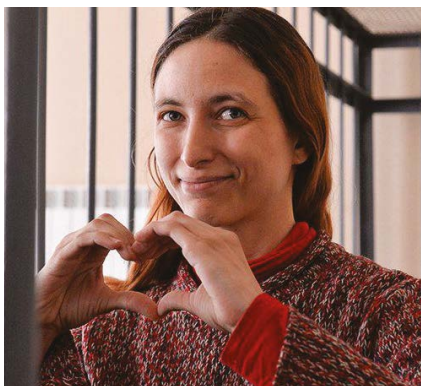
Luis Manuel é um artista afro-cubano e autodidata que ganhou reconhecimento internacional pelo seu ativismo pacífico contra o *Decreto 349*, uma lei que visa silenciar artistas críticos das autoridades cubanas.

No dia 11 de julho 2021, Luis Manuel publicou um vídeo online, afirmando que iria participar naquela que se revelou ser a maior manifestação das últimas décadas em Cuba. Contudo, antes da manifestação começar, Luis Manuel foi detido e levado para Guanajay, uma prisão de segurança máxima, onde se encontra até hoje. Mais tarde, após um julgamento injusto e que decorreu à porta fechada, foi condenado a 5 anos de prisão.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:

www.amnistia.pt/peticao/luis-manuel/



RÚSSIA

PRESA POR SE OPOR À INVASÃO RUSSA DA UCRÂNIA

Os direitos à liberdade de expressão e reunião pacífica estão restringidos na Rússia e foi perante esse contexto que a vida de Aleksandra Skochilneko, detida a 11 de abril de 2022, mudou de forma radical, sendo acusada pela polícia de “disseminação pública de informação reconhecidamente falsa sobre o uso das Forças Armadas da Federação Russa”.

Desde a sua detenção, Aleksandra encontra-se em condições terríveis e tem, inclusive, passado fome durante a maior parte do tempo porque, sendo celíaca, não tem acesso à comida sem glúten de que precisa.

É ameaçada por quem trabalha no centro de detenção e pelas próprias colegas de cela. Caso seja condenada, arrisca-se a uma pena de prisão que pode ir até aos 10 anos.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:

www.amnistia.pt/peticacao/aleksandra-skochilneko/



HONG KONG

DETENÇÃO APÓS AÇÕES PACÍFICAS

Talvez se recorde de Chow Hang-tung, uma vez que já falámos dela na AGIR. Em 2020 e 2021, as autoridades de Hong Kong proibiram uma vigília em memória de Tiananmen e, por isso, no dia 4 de junho de 2021, Chow incentivou as pessoas a juntarem-se nas redes sociais para assinalarem a data do massacre, acendendo velas. Foi detida nesse mesmo dia por “promover ou publicitar uma reunião não autorizada”.

Neste momento, Chow está a cumprir uma pena de 22 meses de prisão e arrisca-se a outras condenações e a ter de cumprir mais anos na prisão por, alegadamente, colocar a segurança nacional em perigo através das suas ações pacíficas.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:

www.amnistia.pt/peticacao/libertem-chow-hang-tung/



MARROCOS/SAARA OCIDENTAL

20 ANOS DE PRISÃO POR EXIGIR MUDANÇAS NO PAÍS

Nasser Zefzafi vivia uma vida pacífica com a sua família na região do Rif, no norte de Marrocos. Uma região conhecida pelas várias dificuldades que perduram há décadas, sobretudo no acesso a cuidados médicos, educação, acessibilidades, emprego e pela marginalização de que tem sido alvo pelos sucessivos governos de Marrocos.

A 29 de maio de 2017, Nasser foi detido por interromper um sermão numa mesquita e de ter acusado o Imã de agir como porta-voz das autoridades marroquinas. Enquanto estava sob custódia da polícia, Nasser foi torturado e, mais tarde, condenado a 20 anos de prisão, apenas por manifestar a sua opinião. Desde que foi detido que se encontra em regime de solitária.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:

www.amnistia.pt/peticacao/nasser-zefzafi/

“Liberdade, onde vais? Liberdade, onde caís? Esta luta é por te amar”

Os versos do tema “Soldado”, dos primeiros dos Sitiados, cantados por João Aguardela e da autoria de José Resende, foram escritos num tempo em que ainda havia Muro de Berlim, mas a Perestroika já tinha começado, Portugal vivia com uma maioria absoluta por vezes sufocante, o país estava na CEE há poucos anos, não havia internet e uns tijolos a que davam o nome de telemóveis começavam a aparecer em empresas de comunicação social. Os skinheads matavam o Zé da Messa e um argelino chamado Madjer tinha mostrado à Europa e ao mundo como se marca um gol de calcanhar.

Liberdade já tínhamos, mas sentíamos a urgência de a defender. No que escrevíamos e cantávamos; na rua, se preciso fosse.

Mudou tanto o mundo que nem vale a pena gastar carateres a enumerar as mais extraordinárias transformações. Mas há algo que se mantém, como nervo central do nosso viver coletivo em democracia: a importância de defender a liberdade. Todas as liberdades. Mesmo a liberdade que outros têm de defender ideias contrárias à Liberdade e ao entendimento que eu, tu, ela ou ele dela possamos fazer.

A liberdade de expressão e de imprensa está em retrocesso no mundo. O Índice de Liberdade de Imprensa de 2022, da organização Repórteres Sem Fronteiras, ao analisar e avaliar o estado do jornalismo em 180 países e territórios, destaca os efeitos de um espaço de informação online globalizado e não regulamentado que encoraja a desinformação e as notícias falsificadas.



RICARDO ALEXANDRE

Diretor Adjunto da rádio TSF

“Mas há algo que se mantém, como nervo central do nosso viver coletivo em democracia: a importância de defender a liberdade. Todas as liberdades.”

Em sociedades consideradas desenvolvidas e democráticas, aumentam em volume (confio que cada vez menos em influência) circuitos de desinformação que são amplificados pela forma como os meios de comunicação social atualmente funcionam. E, claro, têm impacto nas democracias os regimes despóticos que controlam os seus meios de comunicação e plataformas online, desencadeando guerras de propaganda contra os modelos democráticos. A polarização alimenta o aumento da tensão, as democracias deixam-se cair na tentação de seguir o exemplo dos autoritarismos em vez de reforçar aquilo que as distingue.

Continua a não me parecer aceitável a proibição europeia aos meios de informação e propaganda russos. Quero poder exercer a minha liberdade de os classificar como meios de informação isentos ou como propaganda. Mas, para isso, tenho de ter acesso ao que dizem ou escrevem. Não elegemos representantes políticos em democracia, a nível nacional ou europeu, para que um pilar da democracia possa estar a ser cerceado ou limitado. Ainda que pudessem existir razões morais para medidas de exceção. As suspensões da democracia são como os cortes ‘provisórios’: ficam para sempre.

As guerras, as ocupações de território pela força, a vivência sob regimes totalitários (o Afeganistão é caso paradigmático) podem tornar, aos olhos da população que tenta salvaguardar a sua existência, dia após dia, a liberdade de imprensa e de expressão um bem menos essencial. Ou dela poderão abdicar em nome da segurança da vida própria e dos que amam.

Daí a importância de por ela lutarmos nos países e territórios onde a temos. E não a darmos por garantida. Até porque estão à espreita forças políticas que anseiam por estender o braço saudando seus monstros se, algum dia e para desgraça coletiva, conseguirem limitar essas liberdades.

É preocupante que tenhamos deixado tudo isto chegar a um ponto (no mundo, de uma forma geral) em que terão de ser os nossos filhos e netos (a quem se prometera um amanhã de prosperidade, paz, liberdade, bem-estar) a ter de sair à rua para dizer: “não passarão!”. Estou certo de que não os deixarão passar.

Estará doente a liberdade de expressão em Portugal?



PEDRO A. NETO

Diretor-executivo da
Amnistia Internacional Portugal

Um estudo¹ recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) debruçou-se sobre 41 países para aferir da qualidade global de vida nesses territórios. No que diz respeito ao envolvimento da sociedade civil, Portugal ficou em penúltimo lugar, atrás de países como a Colômbia, a Federação Russa, a Turquia ou o México.

É uma desilusão perceber que estamos tão atrás, mas é fácil encontrar razões que o justifiquem além de sermos um “país de brandos costumes”.

O Estado Novo, quase 50 anos passados, ainda deixa vícios e marcas de silêncio à sociedade civil. A imprensa ainda hoje dá mais voz a políticos do que à sociedade civil. A lei do mecenato encoraja muito pouco uma filantropia que ajude a sociedade civil, quer local, quer nacional. Algumas das maiores fundações são mesmo geridas por pessoas ligadas a forças partidárias, aos cartões de militante, à influência. Os próprios partidos tentam apanhar tudo o que são causas para as capturar e instrumentalizar a seu favor. Na verdade, esta tática acontece desde há muitos anos em que alguns partidos fundaram associações dedicadas às mais variadas causas para aí capturarem fundos e recrutar militâncias juvenis.

É do acima escrito, simplisticamente entendido, que a força da sociedade civil reside ainda hoje ou na ligação a partidos ou na ligação à Igreja Católica que impulsionou um sem número de organizações, desde movimentos sociais de intervenção de classe às instituições socio-caritativas.

Quando olhamos especificamente para a imprensa e comparamos Portugal com outros países do mundo, como a Guiné-

Bissau onde homens armados invadem redações, ferem jornalistas e destroem equipamentos; ou quando olhamos para a Rússia ou a China onde jornalistas e pensamento livre é perseguido com pena de prisão, Portugal parece estar melhor.

Convenhamos que sim, nesse aspeto particular.

No entanto, em Portugal as nuances e os perigos que corre a liberdade de expressão também existem e alguns de forma subtil.

A imprensa tem hoje poucos meios. De há uns anos a esta parte todos os órgãos de comunicação social tiveram de criar um novo meio de difusão online. Não há estação de rádio, canal de televisão, jornal periódico impresso que não tenha de ter criado um *website* e uma redação para ele – curta na maioria dos casos. O ciclo noticioso passou a ser ao minuto, ou até menos. Foi também este meio digital que lhe roubou parte significativa dos rendimentos com os quais pagava o trabalho jornalístico: a publicidade. Esta passou a ter muita preponderância no mundo digital e foi precisamente este quinhão que as gigantes redes sociais passaram a ter para si e que os meios de imprensa tentaram recuperar.

Os desafios económicos que sustentam o jornalismo são hoje maiores e mais complexos e essa crise de rendimentos colocou também vários órgãos de comunicação social em situações delicadas, tendo de despedir muitos profissionais, chegando até a fechar portas e a cancelar a sua distribuição em papel, como foi o caso do Diário de Notícias.

Com esta fragilidade financeira, alguns

órgãos de comunicação social foram adquiridos em percentagens perto do controlo total para interesses e ativos financeiros nem sempre claros na sua agenda, o que coloca em risco a independência – de facto – dos órgãos de comunicação social.

As redes sociais digitais tomaram também parte do lugar da imprensa para muitas pessoas como fonte de informação e de construção de opinião. Foi nestas também que se expandiu e transformou a cultura “*woke*”², que de boa consciência coletiva se foi transformando numa espécie de cultura *illuminati* do século XXI que se advoga dona de todas as razões e todas elas de forma absoluta. Fazem caber ideias fechadas num “*tweet*”, sem abertura ao diálogo ou ideias de pessoas diferentes que, aliás, não podem questionar essa ideia, ou são prontamente canceladas. Quem procura perguntar, entender melhor e dialogar... está a perder espaço.

Esta forma de cancelamento é também uma forma de perseguir, de limitar a liberdade de expressão, mesmo quando ela acontece dentro dos seus limites, isto é, sem discurso de ódio.

Estender e entrelaçar as mãos, conhecer as razões do outro, focarmo-nos naquilo que nos une - em vez de só naquilo que nos desune - é hoje cada vez mais difícil.

A única forma de não ficarmos sozinhos nas nossas bolhas é procurarmos o encontro e voltarmos a saber escutar atentamente, mesmo as ideias contrárias. Porque, sobretudo, nos deve interessar que todas as pessoas possam viver em plenitude os seus direitos, incluindo o da liberdade de expressão.

1 – OECD / OCDE: How's Life Index: www.oecdbetterlifeindex.org/topics/civic-engagement/

2 – OED – Oxford English Dictionary: www.public.oed.com/blog/june-2017-update-new-words-notes/

UM PORTEFÓLIO PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em Outubro de 2021, a Pexels lançou um desafio fotográfico em parceria com a Amnistia Internacional, pedindo aos fotógrafos de todo o mundo que abordassem o tema da Liberdade de Expressão. A resposta ao desafio foi enorme, com cerca de 30 mil participações de todo o mundo, em que os trabalhos apresentados expressam livremente pensamentos e opiniões através da fotografia.



Ver a galeria de imagens em:

www.amnistia.pt/outros-olhares-concurso-pexels

“Um homem sustenta nas suas costas um pesado fardo de depressão, injustiça social (racismo, brutalidade policial) e a pressão para “ser um cidadão leal (com obrigações para com a nação que não o protege).”

Teddy Tavan, vencedor

Teddy Tavan (Quénia)





“Novembro de 2019 marcou um protesto que levou a juventude às ruas, sindicatos, universidades e trabalhadores da Colômbia a pedir ajuda ao Governo, incluindo soluções para a educação pública. Os protestos duraram vários meses e foi a 20 de Janeiro de 2020 que captei um momento entre os manifestantes e um veículo militar.”

Danilo Arenas, 2º classificado

Danilo Arenas (Colômbia)



Mochammad Algi (Indonésia)

“Partindo de um desejo de refrescar a mente ao ar livre, eu e dois dos meus amigos tentamos expressar um desejo dos nossos corações: o tédio dos últimos três anos dá-me vontade de me mudar e criar obras interessantes.”

Mochammad Algi, 3º classificado



Mahbub A Alahi (Bangladesh)



Mutsonziwa (Zimbabwe)



Fadi Imane (Marrocos)

Jo Kassis (Espanha)





Feyza Nur Demirci (Turquia)



Mariana Montrazi (Brasil)

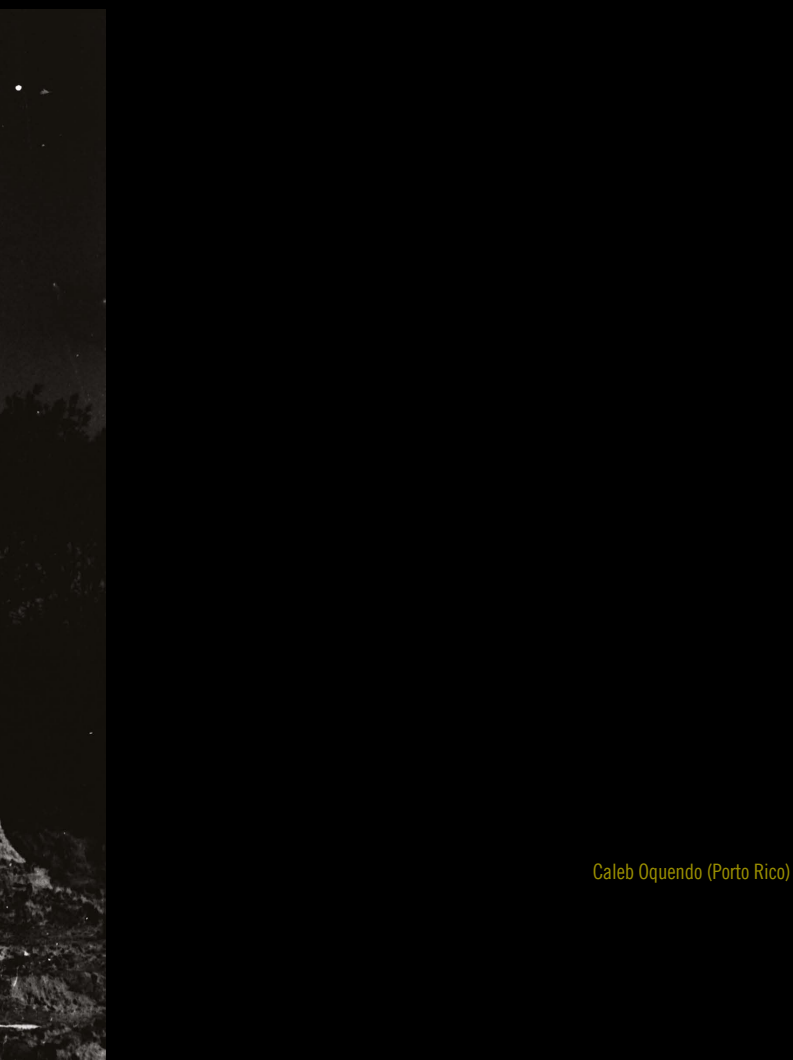


Lucas Vinícius (Brasil)



Ver a galeria de imagens em:

www.amnistia.pt/outros-olhares-concurso-pexels



Caleb Oquendo (Porto Rico)



“CONTINUAMOS A ASSISTIR À REPRESSÃO SISTEMÁTICA DA SOCIEDADE CIVIL”

Clément Nyaletsossi Voule, relator especial da ONU para os Direitos à Liberdade de Reunião Pacífica e de Associação, alerta para as tendências alarmantes de crescentes restrições à prática do direito à manifestação pacífica, incluindo por democracias mais avançadas.



O meu mandato tem documentado e reportado regularmente o aumento das restrições aos direitos à liberdade de reunião e de associação por parte de Estados de todo o mundo.

Vivemos tempos conturbados, em que a pandemia tem servido como argumento para travar muitos protestos, com leis e outras medidas que restringem o direito à manifestação. O direito à Liberdade de Reunião Pacífica e de Associação está em risco de retrocesso?

De facto, os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação estão a ser alvo de ataques cada vez mais intensos em todo o mundo. O meu mandato tem documentado e reportado regularmente o aumento das restrições aos direitos à liberdade de reunião e de associação por parte de Estados de todo o mundo. Continuamos a assistir à repressão sistemática da sociedade civil, com ações que vão desde leis contra as ONG até à criminalização, estigmatização, intimidação e ataques direcionados aos líderes da sociedade civil, impedindo o seu trabalho e restringindo o seu acesso a financiamento. Os Estados têm utilizado indevidamente situações de emergência para colocar mais restrições indevidas ao exercício legítimo destes direitos e a pandemia da COVID-19 tem sido utilizada como pretexto para restringir ainda mais o direito de reunião pacífica em nome. Os governos deveriam mudar esta narrativa para evitar um retrocesso nestes direitos fundamentais.

Ainda antes de assumir o cargo de relator especial na ONU, em 2018, Clément Nyaletsossi Voule, que também é ativista e jurista, já apoiava os esforços de vários Estados e da sociedade civil para desenvolverem e adotarem leis específicas para a proteção dos defensores dos direitos humanos. O jurista togolês também contribuiu para a publicação de uma Lei Modelo e de um guia dos defensores dos direitos humanos na Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

Licenciado em Direitos Fundamentais pela Universidade de Nantes e com

um mestrado em Direito Internacional em Conflitos Armados, pelo Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais e de Desenvolvimento, da Universidade de Genebra, Clément Nyaletsossi Voule tem assumido um papel preponderante na ONU em nome dos direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação, expondo alguns dos problemas que têm assolado a sociedade civil no direito à manifestação pacífica. Para o relator especial da ONU, “a era digital iniciou novas e inovadoras formas de associar e reunir pessoas”, mas alerta para o aumento dos casos de repressão.

Está nestas funções desde 2018. Surgiram, entretanto, movimentos globais como o Black Lives Matter ou o #MeToo, mas também a pandemia, a tomada do Afeganistão pelos Talibãs, a invasão da Rússia à Ucrânia, entre outros. Que evolução tem visto no mundo no que toca à Liberdade de Reunião Pacífica e de Associação?

Primeiro, gostaria de reconhecer a importância de movimentos sociais como o Black Lives Matter e o #MeToo para o avanço dos direitos humanos e da igualdade. Além disso, gostaria de prestar uma homenagem à coragem da sociedade civil em defender os seus direitos face a ameaças muito graves: tais como as mulheres que desafiam a opressão talibã no Afeganistão, as pessoas no Sudão que resistem contra o golpe militar e as comunidades que se opõem à ocupação e à invasão militar através de protestos pacíficos. Há tendências alarmantes de crescentes restrições na lei e na prática dos direitos à liberdade de reunião e de associação pelos Estados de todo o mundo, incluindo por democracias mais avançadas. Os Estados adotaram leis restritivas que procuram obstruir a capacidade de livre associação das pessoas, procurando controlar as operações das associações e impedir o seu acesso ao financiamento, ameaçando as associações com a criminalização e com a dissolução arbitrária. Tenho observado um aumento preocupante dos casos de repressão de assembleias pacíficas, pelo uso crescente de força excessiva, enquanto há cada vez mais casos de manifestantes confrontados com detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, tortura e execuções extrajudiciais. Em vez de proteger os manifestantes pacíficos, vemos frequentemente o sistema judicial ser utilizado como um instrumento para assediar e criminalizar os manifestantes. No entanto, positivamente, posso dizer que a era digital iniciou novas e inovadoras formas de associar e reunir pessoas, que aumentam a participação de grupos marginalizados no processo



Os processos de integração dependem de três fatores: a habitação, o emprego e a aprendizagem da língua, sendo que este é um fator importantíssimo para o acesso ao mercado de trabalho.

de tomada de decisões e para fazer avançar coletivamente a justiça social e climática.

Quais as tendências globais que evidencia nesta matéria, tendo em conta o relatório recentemente divulgado sobre o direito à liberdade de reunião e associação no mundo? E quais são as situações que mais o preocupam?

A estigmatização de protestos pacíficos, o abuso de medidas de emergência, a militarização e o uso da força ilegal para abafar protestos pacíficos, agravados pela impunidade endêmica de violações graves. O aumento do abuso das medidas de emergência em relação aos protestos é motivo de especial preocupação. Durante a pandemia de saúde pública COVID-19, Estados de todo o mundo adotaram medidas de emergência abrangentes, sem escrutínio e consultas públicas, impondo proibições generalizadas



a todas as reuniões públicas. Outra preocupação é a crescente militarização do policiamento dos protestos, inclusive envolvendo os militares, fornecendo equipamento militarizado e armas às forças da lei, e recorrendo aos tribunais militares para julgar os manifestantes civis. Testemunhámos também o uso de força letal e o uso indevido de armas menos letais, tais como canhões de gás lacrimogénico e de água para dispersar os protestos.

As ONG necessitam de fundos para lutarem pelos direitos humanos, mas muitas vezes são os próprios governos a dificultar este acesso, alegando proteção contra terrorismo ou lavagem de dinheiro. Como se ultrapassa este obstáculo?

No meu recente relatório, apresentado durante a 50ª sessão do Conselho dos Direitos Humanos, sublinhei a alarmante proliferação de restrições indevidas ao direito das associações



de procurar, receber ou utilizar financiamento - nacional e estrangeiro - nestes últimos anos. O direito de acesso das associações ao financiamento é essencial não só para a existência da própria associação, mas também para a realização de outros direitos humanos, bem como para as comunidades que elas servem. No entanto, as organizações da sociedade civil estão cada vez mais sujeitas a restrições no seu acesso ao financiamento estrangeiro devido às políticas e práticas geralmente ancoradas em medidas destinadas a combater o financiamento do terrorismo e o branqueamento de capitais.

Os Estados devem renovar o seu compromisso de criar um ambiente propício ao funcionamento eficaz das associações, incluindo a promoção e facilitação do seu acesso a recursos financeiros. Medidas práticas, tais como benefícios fiscais e a redução dos custos das transferências bancárias,

são agora mais importantes do que nunca para proteger e promover o trabalho crucial das organizações da sociedade civil em todo o mundo.

As tecnologias digitais podem criar oportunidades para promover os direitos humanos, mas também serem difusoras de mensagens de ódio. O que é necessário fazer para pôr as tecnologias ao serviço destes direitos?

Na última década, vimos como os Estados aumentaram o uso da tecnologia digital para silenciar, vigiar e assediar dissidentes políticos, defensores dos direitos humanos e manifestantes e para manipular a opinião pública. Por exemplo, alguns Estados impuseram o encerramento parcial ou total da Internet e bloquearam as aplicações das redes sociais durante situações de crise, tentando impedir a mobilização social ou a amplificação da dissidência. Tais abusos limitaram significativamente a

capacidade de indivíduos denunciarem e acederem a informações sobre violações dos direitos humanos. As empresas detentoras das redes sociais devem travar a propagação do discurso de ódio, inclusive através da rápida moderação e remoção de conteúdos abusivos.

A Amnistia Internacional está a proceder a uma campanha global, "Protege a Liberdade. Como este tipo de iniciativas contribui para assegurar a defesa destes direitos?

Saúdo sinceramente iniciativas como a da Amnistia Internacional, num momento tão crítico como este, em que é necessário reforçar a proteção das liberdades fundamentais. As ONG têm um papel fundamental na promoção e proteção dos direitos humanos, tal como no contexto de protestos pacíficos, inclusive devido à sua ligação aos círculos populares. Grupos da sociedade civil como a AI podem também desempenhar um papel fundamental na documentação das violações dos direitos humanos e na proteção do exercício das liberdades fundamentais. Desde que fui nomeado, tenho visto inúmeros exemplos do poder que a sociedade civil pode exercer em prol de um progresso pacífico dos valores democráticos.

Quais os passos seguintes que considera serem necessários para assegurar a liberdade de manifestação dos cidadãos?

Existem principalmente dois passos fundamentais para garantir os direitos à liberdade de reunião pacífica. Combater a estigmatização dos manifestantes pacíficos é uma medida importante para garantir a liberdade de manifestação de todos, incluindo dos grupos marginalizados e vulneráveis. E a necessidade de assegurar o acesso à justiça no contexto de protestos pacíficos. Só construiremos uma sociedade pacífica e justa se assegurarmos que as pessoas podem participar nos assuntos públicos com direito à associação e reunião.



À LUPA

Uma dualidade no Báltico que coloca os direitos dos migrantes em causa

Entre pedidos de asilo não avaliados e restrições legislativas, a Lituânia tem atuado com uma dualidade de critérios gritante no tratamento aos migrantes de diferentes nacionalidades, com uma atuação que continua a representar uma violação dos direitos humanos

Em junho deste ano, a Amnistia Internacional, através de um relatório exaustivo e com a apresentação de muitas provas, chamou a atenção da comunidade internacional para o facto de as autoridades lituanas terem detido “indiscriminadamente” milhares de refugiados e migrantes “em edifícios militares”, nos quais foram submetidos “a condições desumanas, tortura e outros maus-tratos”.

Sensivelmente três semanas depois da sua publicação, os ecos do relatório fizeram-se sentir, com a decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia, que considerou que a lei lituana que

ordena a detenção automática de pessoas que atravessam irregularmente as fronteiras do país báltico, negando-lhes o direito ao pedido de asilo, é incompatível com a legislação da UE.

Segundo Nils Muižnieks, diretor da Amnistia Internacional para a Europa, “o Tribunal de Justiça da União Europeia confirmou as conclusões do último relatório sobre a Lituânia, que detalha a flagrante violação do direito europeu e internacional”, defendendo que as autoridades lituanas “devem revogar imediatamente a sua legislação repressiva e acabar com a prática cruel de detenção arbitrária a refugiados e migrantes”.



AS DIFERENÇAS PARA A UCRÂNIA

Tudo isto numa altura, e sobretudo na altura, em que a União Europeia, e os países que a compõem, responderam afirmativamente a todos os pedidos provenientes da Ucrânia, no seguimento da guerra com a Rússia: “Embora a Lituânia tenha concedido uma receção calorosa a dezenas de milhares de pessoas em fuga da Ucrânia, a experiência dos detidos com quem falámos foi bem diferente. Esta situação suscita sérias preocupações relativamente ao racismo institucional presente no sistema de migração lituano”.

Recorde-se, pois, que em março, o Conselho da União Europeia ativou a Diretiva de Proteção Temporária (DPT), que concedeu proteção imediata nos Estados-membros da UE a todos os que fogem do conflito na Ucrânia. Uma decisão que foi apoiada pela Amnistia que, como é seu apanágio, fez um apelo a pedir decisões iguais para problemas distintos.

“Deve ser prestado auxílio e meios de proteção a todas as pessoas que fogem de conflitos para que se possam estabelecer, e congratulamos esta decisão de imediata proteção para os ucranianos. Esta decisão é também um lembrete de que a Europa tem, há muito tempo, os instrumentos necessários para proteger as pessoas que fogem da guerra e para as ajudar”, declarou, em março, Eve Geddie, diretora do gabinete da UE da Amnistia Internacional.

O RELATÓRIO. PARA (RE)LEMBRAR.

No relatório, a Amnistia Internacional entrevistou dezenas de refugiados e migrantes de países como os Camarões, a República Democrática do Congo, o Iraque, a Nigéria, a Síria e o Sri Lanka. São pessoas que estiveram ilegalmente detidas e que revelaram ter sido espancadas, insultadas e sujeitas a intimidações e assédio da polícia por motivos de discriminação étnica e racial. Os casos ocorreram em centros de detenção com fortes medidas de segurança, cujo acesso a instalações sanitárias e a cuidados de saúde é reduzido.

A questão (i)legal agora travada pelo Tribunal de Justiça da UE remonta, essencialmente, a julho de 2021, quando, à medida que crescia o número de pessoas a chegarem à fronteira da Lituânia com a Bielorrússia, os legisladores aprovaram novas medidas que determinavam a detenção automática de pessoas que atravessavam as fronteiras. De forma a privar os detidos dos seus direitos legais da UE contra a

detenção indiscriminada, as autoridades argumentaram que essa detenção se trata de um “alojamento temporário”, ou até de uma “alternativa à detenção”.

Como consequência disso, milhares de pessoas, muitas delas com necessidade de proteção internacional, foram detidas por períodos prolongados. Ao longo de meses, muitas foram privadas de qualquer fiscalização das autoridades para que a legalidade da sua detenção fosse monitorizada. Além disso, muitas pessoas nunca tiveram os seus pedidos de asilo avaliados. Outras foram violentamente expulsas na fronteira entre a Lituânia e a Bielorrússia, onde não têm qualquer hipótese de procurar proteção.

PRISÕES E TESTEMUNHOS

De referir, ainda, que para efetuar este relatório, a Amnistia Internacional visitou dois centros de detenção na Lituânia, os Centros de Registo de Estrangeiros (CRE) de Kybartai e Medininkai, e realizou entrevistas a 31 pessoas. Centenas de homens estão atualmente detidos no centro de Kybartai, onde viram os seus movimentos restringidos no interior das instalações, e onde só lhes são permitidos duches duas vezes por semana. Outras centenas de pessoas foram detidas no centro de detenção de Medininkai, dormindo em contentores instalados num campo de futebol.

Na manhã de 2 de março de 2022, a polícia antiterrorismo invadiu o centro de detenção em Medininkai, em resposta a um protesto na noite do dia anterior. Mais tarde, mulheres e homens contaram como a polícia lhes bateu com bastões e *tasers*; como os algemaram e os arrastaram dos seus “quartos” em contentores de condições precárias; como humilharam sexualmente um grupo de mulheres negras que foram forçadas a permanecer ao frio, no exterior, seminuas e com as mãos atadas, e as trancaram num contentor, mostrando ainda perturbadoras imagens de vídeo às quais a Amnistia Internacional teve acesso.



© DR

Acordo com defensores de direitos humanos na Venezuela

No dia 22 de junho, Marino Alvarado e Alfredo Infante chegaram a acordo com o governador do Estado de Carabobo, Rafael Lacava, para que fosse anulado o processo judicial por difamação contra estes dois defensores de direitos humanos. As organizações que ambos representam publicaram um relatório onde expunham as possíveis execuções extrajudiciais na região e onde apelavam a uma investigação exaustiva às mesmas e a processos de responsabilização, em toda a cadeia de comando. O acordo incluiu a necessidade de ambos os defensores de direitos humanos clarificarem que os seus apelos por responsabilização não se direcionavam, especificamente, ao governador. Após o dia 23 de agosto, o caso foi definitivamente encerrado por um juiz.

Mohamed Salah finalmente em liberdade!

As autoridades egípcias libertaram o jornalista Mohamed Salah, detido durante 29 meses e sem julgamento, simplesmente por ter exercido os seus direitos. Já em liberdade, Mohamed Salah partilhou uma mensagem dirigida a todos os ativistas da Amnistia Internacional: “Escrevo estas linhas agora como um homem livre, apesar de ter passado 2 anos e 5 meses na prisão. Nesse período, vocês apoiaram-me de todas as formas possíveis, não só a mim, mas também todos aqueles que estão presos por manifestarem a sua opinião. Obrigado pelo apoio constante e pelas ações pela minha liberdade. Foram a nossa voz dentro da prisão e desafio-vos a continuarem esse trabalho pela liberdade de todos os seres humanos detidos, especialmente os prisioneiros de consciência.”



© DR



Mais segurança para defensores de direitos humanos na Colômbia

A Amnistia Internacional tem acompanhado a situação da Corporação Regional para a Defesa dos Direitos Humanos (CREDHOS) e o seu trabalho para a defesa, promoção e proteção dos direitos humanos na região de Magdalena Medio, na Colômbia. Apesar do trabalho pacífico desta organização, as ameaças de morte aos seus elementos aumentaram desde 2020. Felizmente, agora, e após um trabalho de sensibilização em sua defesa, foram atribuídas medidas de segurança para mitigar a situação. A CREDHOS é a primeira organização na região a receber estas medidas por parte das autoridades.

© Rosa M. Tristan

© DR

Decisão de tribunal nos EUA dá razão a Amnistia Internacional e ao *Surveillance Technology Oversight Project*

No seguimento de uma decisão por parte do Supremo Tribunal de Nova Iorque, a polícia de Nova Iorque terá de dar acesso aos milhares de registos relativos à forma como adquiriu e usou tecnologia de reconhecimento facial contra quem se manifestou durante os protestos do movimento *Black Lives Matter*. A decisão do tribunal foi, assim, favorável ao processo conjunto da Amnistia Internacional e do *Surveillance Technology Oversight Project* (S.T.O.P.).



© DR

Mohamed Rusthum Mujuthaba também já está em liberdade!

Mohamed Rusthum Mujuthaba, de 39 anos, é um defensor da liberdade religiosa nas Maldivas. Recentemente acusado por publicar conteúdos identificados como blasfémia nas redes sociais, foi detido durante mais de seis meses. Mas, em agosto, um tribunal penal das Maldivas decidiu que a detenção de Mohamed Rusthum Mujuthaba excedia o previsto pela lei e que, por isso, deveria ser imediatamente libertado. O ativista não poupou nos agradecimentos: “eu seria novamente preso, porque o Estado quer manter-me detido de forma ilegal. A Amnistia Internacional atuou, contactou as autoridades competentes em minha defesa e escreveu ao Procurador-geral. Agradeço de coração a todos os membros e apoiantes da Amnistia pelo vosso genuíno apoio.”

As vitórias a celebrar nos Direitos Humanos

Todas as grandes caminhadas começam com um simples passo. Todas as grandes vitórias têm, no seu âmago, pequenas batalhas ganhas de forma árdua e incansável. E mesmo nos dias de tempestade, há sempre um raio de sol que, persistente, teima em surgir por entre as nuvens mais sombrias.

JANEIRO

Um tribunal polaco indeferiu um recurso contra a absolvição de três mulheres acusadas de “ofender crenças religiosas” após a distribuição de cartazes da Virgem Maria com uma auréola do arco-íris LGBTI.

A Papua Nova Guiné tornou-se no mais recente país a abolir a pena de morte, 30 anos após a sua reintrodução, em 1991.

O Departamento de Defesa dos EUA publicou as conclusões de uma investigação independente da RAND Corporation - em parte desencadeada por um relatório da AI sobre as baixas civis causadas pelas forças dos EUA e das forças de coligação, em Raqqa, na Síria, em 2017 - que relata as práticas do Pentágono sobre civis.

O parlamento do Gana rejeitou um projeto de lei que teria criminalizado ainda mais as pessoas LGBTI, com penas de prisão para quem lhes expressasse apoio ou “simpatia”, e encorajando a terapia de conversão e o “realinhamento” de género para crianças.

No Afeganistão, o Professor Faizullah Jalal, que tinha sido arbitrariamente detido pelos Talibãs, foi libertado. A sua filha revelou que tal não teria sido possível sem a intervenção da Amnistia.

FEVEREIRO

Após quase 30 anos de ação e campanha da AI-Eslovénia, o presidente do país emitiu um pedido de desculpas público aos milhares de pessoas de antigas repúblicas jugoslavas, cujas autorizações de residência foram revogadas após a Eslovénia ter declarado a independência, em 1992.

O Tribunal Constitucional do Kuwait anulou uma lei que criminalizava a “imitação do sexo oposto”. Na Colômbia foi descriminalizado o aborto durante as primeiras 24 semanas de gravidez.

Nas Honduras, o *Guapinol eight*, um grupo de defensores dos direitos da água e prisioneiros de consciência, foi libertado após dois anos e meio de prisão.

Dipti Rani Das, uma rapariga de 17 anos da minoria hindu do Bangladesh, foi libertada após ter passado mais de 16 meses detida, na sequência de uma publicação no Facebook. A Amnistia apoiou-a nas suas despesas com questões legais.

MARÇO

Bernardo Caal Xol, um ambientalista indígena e prisioneiro de consciência na Guatemala, foi libertado depois de ter sido injustamente preso pelo seu ativismo.

No Sul do Sudão, Magai Matiop Ngong, um estudante de 15 anos, condenado à morte em 2017, foi libertado depois de o Supremo Tribunal ter decidido que se tratava de uma criança na altura do seu alegado crime.

NUM ANO QUE SE TEM REVELADO DIFÍCIL E DOLOROSO, O EMPENHO INCANSÁVEL DOS APOIANTES DA AMNISTIA INTERNACIONAL AJUDOU A LIBERTAR PESSOAS PRESAS INJUSTAMENTE, A REDEFINIR LEIS INJUSTAS E A RESPONSABILIZAR OS PODEROSOS.



© Rosa M. Tristan

ABRIL

Em 2018, a Amnistia Internacional lançou uma campanha em nome de Tayebe Abassi, uma jovem de 18 anos cuja família enfrentava a deportação da Noruega para o Afeganistão, onde vivia desde 2012. Em abril, a mãe de Tayebe recebeu finalmente uma autorização de residência, que lhe deu o direito de permanecer com os seus filhos na Noruega.

Na Líbia, Mansour Atti, jornalista, bloguer e chefe do Comité do Crescente Vermelho e da Comissão da Sociedade Civil, foi libertado dez meses após o seu desaparecimento.

A União Europeia chegou a um acordo sobre a Lei dos Serviços Digitais (DSA). Este quadro regulamentar histórico exigirá, entre outras coisas, plataformas Big Tech para avaliar e gerir os riscos sistémicos colocados pelos seus serviços, tais como a defesa contra o discurso de ódio e a difusão da desinformação.

As autoridades do Mali lançaram uma investigação sobre uma “operação antiterrorista” na cidade de Moura, levada a cabo pelas forças armadas e mercenários do grupo Wagner do Mali, que provocou, pelo menos, 203 mortos.

MAIO

A câmara baixa do parlamento espanhol aprovou um projeto de lei com medidas importantes para prevenir e desencadear processos por casos de violação. A lei coloca o consentimento no centro da discussão no que à violência sexual diz respeito, incluindo a violação.

O Conselho de Segurança da ONU renovou o embargo de armas no território do Sul do Sudão por mais um ano.

Um dia após o lançamento do relatório anual da Amnistia Internacional sobre a pena de morte, o Presidente da Zâmbia anunciou que o país iria iniciar o seu processo de abolição.

Na Guiné, foi lançada uma investigação judicial contra antigos líderes políticos e polícias por violações do direito à vida, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias e tortura, na sequência da crise constitucional do país, em 2020.

Num passo positivo para o direito à liberdade de expressão na Índia, o Supremo Tribunal do país suspendeu a lei da sedição, com 152 anos.

JUNHO

Estados, sociedade civil e organizações internacionais reuniram-se em Genebra para finalizar o texto de uma declaração política destinada a reforçar a proteção dos civis decorrentes do uso de armas explosivas em áreas povoadas.

O governo da Malásia anunciou que irá iniciar o processo de abolição da pena de morte obrigatória que, atualmente, existe para onze delitos.

O ANO CAMINHA PASSOS LARGOS PARA O SEU FINAL, MAS A LISTA DOS PRIMEIROS SEIS MESES É MAIS UM SINAL DE ESPERANÇA. OU UM RAIOS DE SOL, SE PREFERIR.

1

2

3

Milhões de palestinos vivem sob o apartheid do Estado de Israel e, no âmago deste crime profundamente racista, está a experiência dos palestinos que se vêem negados a terem um lar. Assine a petição!

9

10

11



Dia Internacional dos
Direitos Humanos

4

5

6

Milhares de mulheres e meninas correm sérios riscos no Afeganistão e a comunidade internacional tem de atuar já, para evitar mais tragédias! Junte-se ao apelo.

E SE NESTE NATAL O SEU CALENDÁRIO DO ADVENTO OFERECESSE LIBERDADE?

O SEU APOIO FARÁ A DIFERENÇA NA VIDA DE MUITAS PESSOAS EM TODO O MUNDO!

2022 está a ser um ano de grandes desafios, mas também de muitas vitórias. Juntos continuamos a erguer a nossa voz perante as graves violações de direitos humanos que continuam a existir.

Da batalha conjunta pela habitação condigna em Portugal, à invasão da Ucrânia, ao apartheid do Estado Islâmico à Palestina, abolição da pena de morte, violações do direito à vida, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias, à necessidade de proteção da liberdade de expressão e manifestação pacífica com a nova campanha global, continuamos determinados na nossa missão de exigir que, em todo o mundo, e para todas as pessoas, sem exceção, a justiça e a liberdade sejam uma realidade.

O empenho incansável dos nossos apoiantes e membros já ajudou a libertar ativistas, defensores de direitos humanos e as suas famílias presas ou condenadas injustamente, a redefinir leis e a responsabilizar opressores, forças governamentais e medidas discriminatórias.

O ano ainda não acabou, muito ainda falta fazer em prol dos direitos humanos e é com esperança redobrada que lhe vamos lançar um desafio:

Neste Natal ofereça liberdade!

Nas próximas semanas receberá notícias nossas! Este ano, as suas prendas de Natal podem salvar vidas.

O seu apoio fez e continuará a fazer a diferença na vida de muitas pessoas em redor do mundo!

Juntos, caminharemos até ao dia em que não seja necessário lutar para que todos usufruam em pleno dos seus direitos humanos.

Ângela Ferreira João
Diretora de Angariação de Fundos



© Womanizer Toys on Unsplash

“**A** Esperança é um músculo e pode ser transformativa”, foi assim que a Presidente da Direção Internacional da AI encerrou a sua intervenção na Assembleia Global (Global Assembly) do passado mês de julho, numa nota de coragem e incentivo para as 65 delegações presentes que representaram todo o globo.

A Assembleia Global marca anualmente a agenda dos órgãos de Governança da Amnistia Internacional por todo o mundo. Este ano foram apresentadas várias moções para decisão que antecipam mudanças relevantes para o movimento internacional a nível da Governança, da Liderança e dos Princípios Estatutários (Core Standards) que devem ser cumpridos por todas as entidades da AI. Destacamos a aprovação da moção para a simplificação de Core Standards, que neste momento em que vos escrevemos, entra em implementação com vários Grupos de Trabalho compostos por representantes do movimento espalhados pelo globo. Estes Core Standards simplificados vão orientar o desenvolvimento das secções ao nível da Governança e Liderança; Saúde Organizativa; Finanças e Crescimento; e Impacto em Direitos Humanos. Foram igualmente aprovados Princípios sobre Impostos, Desigualdades e Direitos Humanos - que serão a base de uma política da Amnistia Internacional sobre estas temáticas a aprovar na próxima Assembleia Global; e os Princípios de Liderança Feminista - que devem ser implementados por todas as pessoas com posições de liderança no movimento.

Além das questões formais, a Assembleia Global traz sempre momentos inspiradores, de partilha de experiências. Este ano, pudemos conhecer o trabalho da Amnistia Internacional Togo sobre Liberdade de Expressão; da Amnistia Internacional Quênia sobre uma campanha dedicada à integridade e corrupção; e da Amnistia Internacional Hungria

sobre a campanha de reação ao referendo sobre direitos das pessoas LGBT.

Este ano, a Delegação Portuguesa foi composta pela Patrícia Filipe (Presidente e Representante Permanente); Pedro Neto (Diretor Executivo); Sofia Caseiro (Vice-Presidente e Terceira Delegada) e Ianira Vieira (Secretária e Delegada Jovem). À semelhança do sucedido no Fórum Regional da Europa deste ano, coube à AI-Portugal um quarto elemento na delegação para representar a juventude.

Para as delegadas e os delegados jovens, a Assembleia Global começou mais cedo.

No webinar de preparação para a Assembleia Global, os/as jovens instruídos de antemão sobre o conceito de “master suppression techniques” do psicólogo e filósofo norueguês Ingjald Nissen e as formas de suplantar obstáculos à participação jovem, introduziu-se os órgãos de governação global e os espaços de participação durante a Assembleia Global com o intento de habilitar os/as jovens que estarão presentes pela primeira vez neste evento.

Por fim, as pessoas presentes obtiveram informações acerca da participação de jovens em todos os níveis de Governança da Amnistia Internacional, através do relatório publicado anualmente desde 2017, com o intento de monitorizar o progresso realizado no sentido de alcançar os objetivos da Estratégia Internacional da Juventude.

Julho trouxe-nos uma nova energia, uma renovação da nossa inspiração. Fazemos parte de um movimento internacional de esperança e é esse músculo que precisamos de trabalhar, continuamente, transformando o mundo através dos direitos humanos. Contamos consigo!

PROTEGE A LIBERDADE

Por todo o mundo, manifestantes pacíficos têm enfrentado retrocessos, com um número crescente de leis e outras medidas que restringem o direito à manifestação, que permitem o uso indevido de força, a expansão de vigilância em massa, ilegal e direcionada, restrições ao uso da internet e censura online, abuso e estigmatização.

A campanha global "**Protege a liberdade**", da Amnistia Internacional, pretende desafiar estes ataques e apoiar as pessoas visadas e os movimentos sociais que atuam por mudanças positivas na esfera dos direitos humanos.

É, POR ISSO, FUNDAMENTAL PROTEGER A LIBERDADE.

A NOSSA LIBERDADE.



JUNTEM-SE A NÓS

WWW.AMNISTIA.PT/PROTEGE-A-LIBERDADE/



APELO URGENTE

**O DIREITO À MANIFESTAÇÃO PACÍFICA
ENCONTRA-SE SOB AMEAÇA EM TODO O MUNDO!**

Da Rússia ao Sri Lanka, da França ao Senegal e do Irão à Nicarágua, as autoridades estatais têm implementado um conjunto de medidas que visam suprimir a dissidência.

Os manifestantes pacíficos enfrentam retrocessos, com um número crescente de leis e medidas que restringem o direito à manifestação e permitem o uso indevido de força, a expansão de vigilância ilegal, censura online, abuso, discriminação e estigmatização.

Proteja Joanah Mamombe, Cecillia Chimbiri e Netsai Marova no Zimbabué, as “Mães de Sábado” na Turquia, Vahid Afkari no Irão, Chow Hang-tung em Hong Kong e Gustavo Gatica no Chile e muitos outros manifestantes pacíficos, que os governos repetidamente tentam calar!

Ajude-os a contar as suas histórias. Protege a liberdade!

O QUE PODE FAZER PELA SUA E NOSSA LIBERDADE?

Apoie com o seu donativo, para que possamos continuar a garantir a liberdade, investigação, pressão política, mobilização e educação em todo o mundo.

Entidade: **21721**

Referência Multibanco:

Montante: **o que puder**

**PROTEGE
A LIBERDADE**

MB WAY 939 076 340 IBAN: PT50 0036 0103 99100000985 88

Envie, por favor, a indicação do seu donativo com o nome “Protege a Liberdade” para o e-mail info@amnistia.pt ou para Rua dos Remolares, 7, 2º, 1200-370 Lisboa para lhe podermos enviar mais informação sobre este conflito.

Saiba mais em:

www.amnistia.pt/apelo-urgente-protege-a-liberdade

**AMNISTIA
INTERNACIONAL** 